

**Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
(CAISAN)**

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e
Nutricional de Rio Azul - Paraná
(PLAMSAN 2025-2028)**

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

Leandro Jasinski

VICE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

Jair Boni

COMPONENTES DO CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN) Gestão 2023-2026**Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

Airton Rigo Moretto (titular) - **Presidente**

Eli José Cabral da Silva (Suplente)

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Ghessi Buco Jasinski (titular)

Patrícia Martins Gaioski (suplente)

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Adriana Petreski Plodovisli Rymsza (titular)

Willian Ribeiro dos Santos (suplente)

Secretaria Municipal de Saúde:

Bruna Artner (titular)

Wilson Assis Stresser (suplente)

COMPONENTES CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA) Gestão 2023 – 2026**REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS****Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**

Eli José Cabral da Silva (titular)

Rafael Iarema (suplente)

Secretaria Municipal de Assistência Social

Vanuza de Quadros (titular)

Patrícia Martins Gaioski (suplente)

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Adriane Terezinha Moraes (titular)

José Arildo Petreski Plodowski (suplente)

Secretaria Municipal de Saúde

William Ribeiro Dos Santos (titular)

Bruna Artner (Suplente)

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação de Moradores da Vila Bela Vista

Aldamir Da Silva (titular)

Lucy Mari Da Luz (suplente)

Associação de Produtores Rurais de Faxinal dos Elias

Flávia Ksiazkieicz Goreski (titular) - **Presidente**

Celso Chicora (suplente)

Associação de Produtores Rurais de Faxinal dos Paulas – Santa Ana

Maria Izabel Valeski da Cruz (titular)

Marcos Alves De Oliveira (suplente)

Associação de Produtores Rurais de Porto Soares

José Kosnyerk (titular)

Rozenilda Colaço Dos Santos (suplente)

Associação de Produtores Rurais de Rio Azul de Invernada

Casimiro Skrzekowski (titular)

Jamil Perchbiliski (suplente)

Cooperativa Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Rio Azul (COAFRA)

Vilson Luis Knaut (titular)

Wagner S. Anzileiros (suplente)

Cooperativa Mista da Diversificação da Agricultura Familiar (COMDAF)

Silvio Rafael Da Silva (titular)

Taís Fatima Helpa (suplente)

Hospital de Caridade São Francisco de Assis

Ivana Thais Zagurski (titular)

Maria Antonieta A. Tyski (suplente)

GRUPO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR

Representantes Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)
Representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

CONSULTORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR

José Carlos do Amaral Junior – Representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR – EMATER

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Rio Azul	13
Figura 02 - Classificação do clima no Município de Rio Azul.....	14
Figura 03 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Município de Rio Azul.....	15
Figura 04 - Mapa Geomorfológico do Município de Rio Azul.....	16
Figura 05 – Mapa de Pedologia do Município de Rio Azul – PR	17
Figura 06 – Mapa Comunidades Rurais do Rio Azul – PR	21
Figura 07 – Sede da Coafra	23
Figura 08 – Sede da Comdaf	24
FIGURA 09 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS PROTEÇÕES DE NASCENTES.....	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR – 2017.....	19
TABELA 02 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2022.....	19
TABELA 03 - EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES – 2022.....	20
TABELA 04 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – 2023	20
TABELA 05 – HISTÓRICO DA COLETA DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL.....	26
TABELA 06 – NÚMERO DE UNIDADES ABASTECIDAS POR CATEGORIA DE RIO AZUL – PR.....	28
TABELA 07 – LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS A RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES.....	29
TABELA 08 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – 2022.....	32
TABELA 09 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO – 2022.....	33
TABELA 10 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA – 2022.....	33
TABELA 11 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA – 2010.....	33
TABELA 12 - NOTA DO PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) de 2005 a 2023.....	34
TABELA 13 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2023.....	35
TABELA 14 – VALORES GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR POR ANO COM RECURSOS DO PNAE, ANOS 2011 A 2023.....	37
TABELA 15 - NASCIDOS VIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DA MÃE – 2023.....	39
TABELA 16 - ÓBITOS SEGUNDO TIPOS DE DOENÇAS (CAPÍTULOS DO CID10 (1)) - GERAL – 2023.....	40
TABELA 17 - ÓBITOS EM MENORES DE 1 ANO E EM MENORES DE 5 ANOS SEGUNDO OS TIPOS DE DOENÇAS (CAPÍTULOS DO CID10 (1)) – 2023.....	41
TABELA 18 - ÓBITOS MATERNOs SEGUNDO FAIXA ETÁRIA – 2023	42
TABELA 19 – FAIXAS ETÁRIAS.....	47
TABELA 20 – COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO.....	48
TABELA 21 – IGD-M.....	53
TABELA 22 - NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NO MUNICÍPIO PELO PAA POR FAIXA ETÁRIA.....	55

TABELA 23 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	55
TABELA 24 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NO MUNICÍPIO PELO PROGRAMA COMPRA DIRETA PARANÁ POR FAIXA ETÁRIA.....	56

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO	12
1.2.	Clima	Erro! Indicador não definido.
1.3.	Hydrografia	14
1.4.	Geologia.....	15
1.5.	Pedologia	16
2.	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS AGROPECUÁRIAS	19
3.	MEIO AMBIENTE	25
4.	A ADESÃO AO SISAN	30
5.	CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	31
6.	EDUCAÇÃO	34
6.1.	Lista das Escolas no município e modalidade de de ensino	35
6.2.	Alimentação Escolar	36
7.	SAÚDE	37
7.1.	Prevalência de obesidade e baixo peso no município	37
7.2.	Número de nascidos vivos	39
7.3.	Óbitos no município	40
8.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	42
8.1.	Programa Leite das Crianças.....	42
8.2.	Programa Bolsa Família	43
8.3.	Programa Auxílio Gás dos Brasileiros	44
8.4.	Gestão das condicionalidades e o acesso aos Serviços de Educação, Saúde e Assistência Social.....	45
8.5.	Educação:.....	46
8.6.	Saúde:.....	47
8.7.	Atendimento/Acompanhamento pela Assistência Social das famílias que descumpriram as condicionalidades	49
8.8.	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	49
8.9.	Índice de Gestão Descentralizada	50
9.	SECRETARIA AGRICULTURA	54
9.1.	Programa Aquisição de Alimentos (PAA)	54
9.2.	Programa Compra Direta	55
10.	DIRETRIZES DA POLITICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	56
10.1.	OBJETIVOS, DIRETRIZES, INDICADORES E METAS DO PLANSAN	58
10.1.1.	OBJETIVO GERAL:	58

10.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:58

APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) do Município de Rio Azul, Paraná é um desafio atribuído ao setor Público Municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e ainda por meio de várias entidades civis que se fizerem necessárias para elaboração do mesmo, para isso foram realizados vários encontros a fim de se entender e conhecer quais políticas públicas o município já vem executando, no sentido de amenizar os fatores que interferem numa distribuição mais justa e igualitária de distribuição de renda e trabalho, bem como conhecer o desenvolvimento socioeconômico que abrangem as diferentes áreas do município. Entende-se que o I PLAMSAM elaborado se destina a atender os desafios enfrentados pela Gestão Municipal no quadriênio de 2025 a 2028 no que se refere ao combate a insegurança alimentar e nutricional no município.

Além disso, o I PLAMSAN também busca promover a integração intersetorial entre as diferentes secretarias e entidades civis envolvidas, reconhecendo que o combate à insegurança alimentar e nutricional exige uma abordagem multifacetada. A articulação entre as áreas de saúde, educação, assistência social e agricultura é essencial para garantir que as ações propostas sejam implementadas de maneira coordenada e eficiente, otimizando os recursos disponíveis e ampliando o alcance das políticas públicas. Dessa forma, o plano visa não apenas a mitigação dos efeitos da insegurança alimentar, mas também a promoção de um desenvolvimento local inclusivo e sustentável, assegurando que todas as camadas da população possam exercer plenamente o direito à alimentação adequada, conforme previsto na legislação federal.

O direito a segurança alimentar e nutricional é muito mais do que a apenas ofertar alimentos, está associado a outros direitos básicos como direito a água de qualidade, direito a terra, direito ao trabalho e a saúde que são fundamentais para se produzir e consumir alimentos adequados.

As políticas públicas devem assegurar aos seus cidadãos condições de um desenvolvimento sustentável em toda sua totalidade para que possa atender as demandas por ela levantadas, sendo que o I PLAMSAN do Município de Rio Azul, Paraná visa seguir as orientações estabelecidas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Para os trabalhos referente ao I PLAMSAN, todos os entes envolvidos debateram sobre todos os indicativos necessários para o entendimento do diagnóstico do quadro em que se encontrava o município no início dos trabalhos, perfazendo um ponto de partida para elaboração de metas de curto, médio e longo prazo a fim de reduzir os problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional no município.

1. INTRODUÇÃO

As diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) são fundamentais para a formulação de planos e políticas voltadas à garantia desse direito. O Decreto nº 7.272/2010, que regulamenta a PNSAN, organiza a segurança alimentar em torno de oito diretrizes principais, que incluem desde o acesso universal a alimentos adequados até a promoção de práticas de produção sustentáveis e a proteção de comunidades tradicionais. Essas diretrizes são adotadas pelos estados e municípios para garantir uma abordagem intersetorial e integrada na implementação de políticas de segurança alimentar.

A implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional também requer um sistema robusto de monitoramento e avaliação. O Decreto nº 7.272/2010 estabelece que os planos municipais e estaduais de segurança alimentar devem definir mecanismos claros de monitoramento, que permitam acompanhar a execução das metas e avaliar o impacto das políticas públicas na melhoria das condições de vida da população. Indicadores como a disponibilidade de alimentos, a renda e o acesso à saúde são fundamentais para garantir que o direito à alimentação adequada seja plenamente realizado

A Segurança alimentar e Nutricional devem ser trabalhadas de forma transversal e intersetorial de modo que envolvam as Secretarias municipais na segurança alimentar entres elas (agricultura, assistência social, saúde e educação) em conjunto com os setores da sociedade cível organizadas.

O Sistema, portanto, tem propiciado a formulação e implementação de políticas públicas, de planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como tem promovido o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional faz um diagnóstico atual realidade de SAN no município, assim como define os objetivos, as diretrizes e ações a serem implantadas pelo município ao longo dos anos de 2025 e 2028 no que se refere a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

As fases de elaboração compreendem, diagnóstico atual, análise dos dados, elaboração e participação da equipe técnica, COMSEA CAISAN Municipal, propósitos dos objetivos e metas a serem atingidas com a execução deste plano.

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

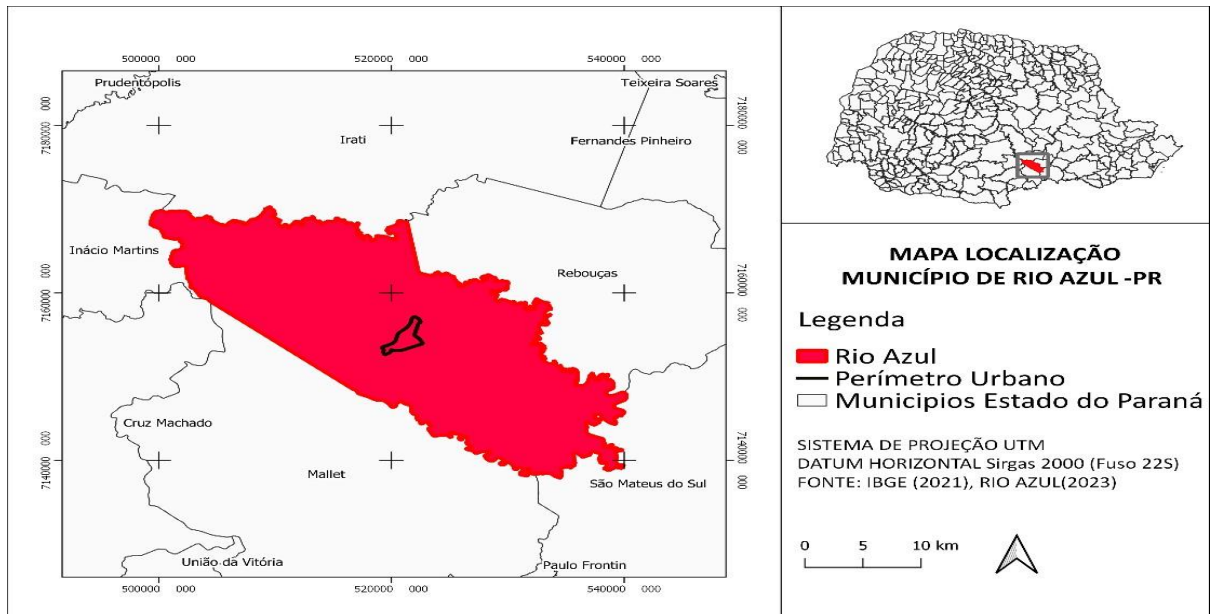
O município de Rio Azul é localizado no estado Paraná, na região centro sul do estado, com aproximadamente 14.025 habitantes, situado a 925,00 m de altitude, com as seguintes coordenadas geográficas: 25° 43' 17" Sul, Longitude:50° 47' 41" Oeste. Se situa a 32 km a Sul-Oeste de Irati a maior cidade nos arredores (IBGE, 2023).

O município possui uma área total de cerca de 600,793 km³ e a via de acesso ao município é através da rodovia a "Transbrasiliana", no seu trecho de União da Vitória a Jacarezinho. (IBGE,2023)

O município de Rio Azul é integrante da Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná (AMCESPAR), que também é composta pelas cidades de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, e Teixeira Soares.

Os mapas temáticos a seguir são referentes a localização, zoneamento urbano e rural do município:

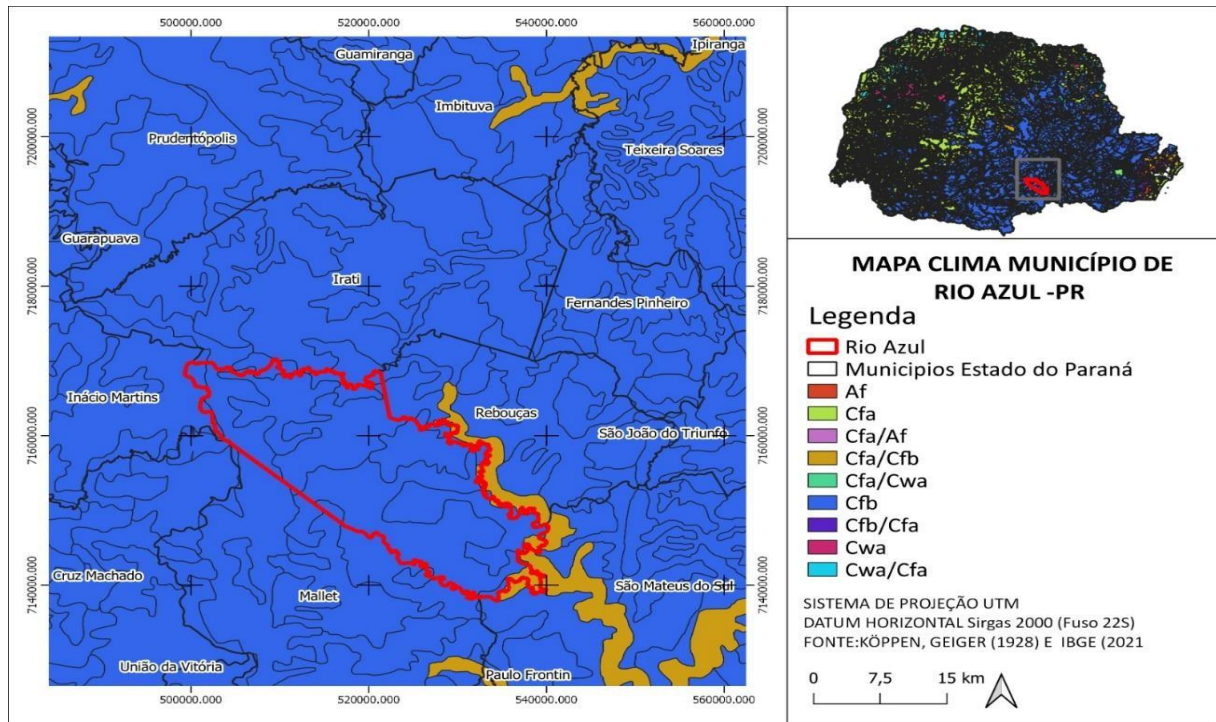
Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Rio Azul



1.2. Clima

De acordo com a classificação de Köppen-Geiger o município de Rio Azul apresenta clima Cfb – Clima subtropical úmido, caracterizado por temperatura média do ar dos três meses mais frios compreendidas entre $-3\text{ }^{\circ}\text{C}$ e $18\text{ }^{\circ}\text{C}$, com ocorrência de precipitação em todos os meses do ano, inexistência de estação seca definida e temperatura média do ar no mês mais quente maior que 22°C .

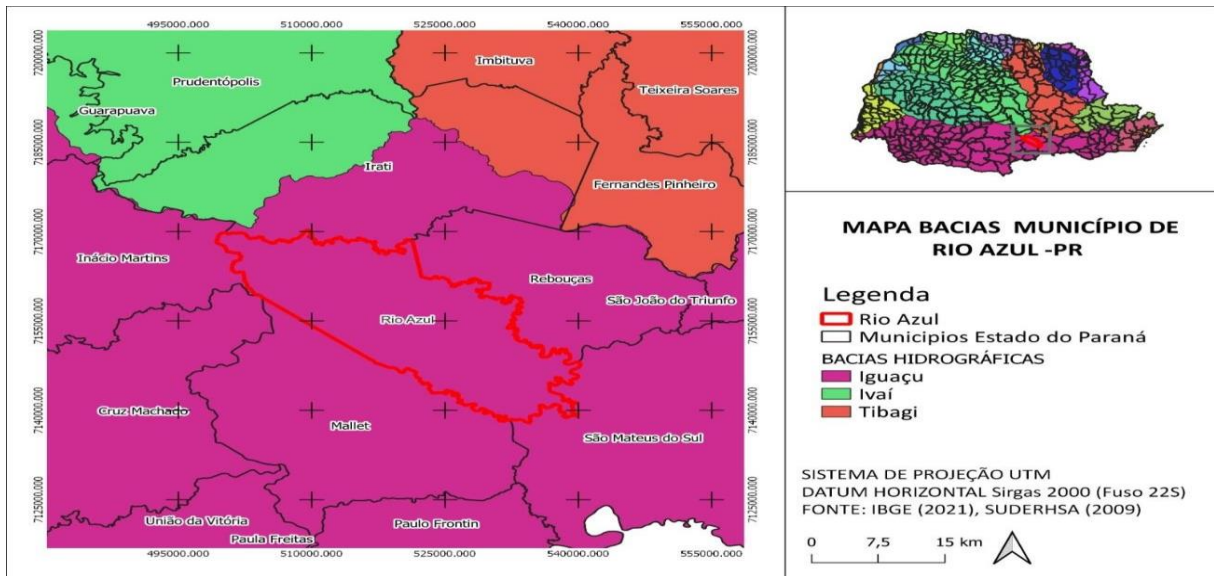
Figura 02 - Classificação do clima no Município de Rio Azul



1.3. Hidrografia

A cidade está localizada na Bacia do Médio Iguaçu conforme pode ser observado na Figura a seguir.

Figura 03 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Município de Rio Azul



1.4. Geologia

A Bacia do Paraná é uma área de deposição de sedimentos localizada na porção centro-sul do continente sul-americano, abrangendo uma extensão de aproximadamente 1.700.000 km², distribuídos entre Brasil (64,7%), Argentina (23,5%), Paraguai (5,9%) e Uruguai (5,9%). Sua área de ocorrência se estende principalmente pelo centro-sul do Brasil, desde o estado do Mato Grosso até o estado do Rio Grande do Sul (WARREN, 2006).

A Bacia Sedimentar do Paraná é distinguida por duas subunidades principais: a Zona de Denudação Periférica e a Zona de Capeamento Basáltico-Arenítico. A primeira está esculpida em rochas do Paleozóico, representando, no Paraná, um planalto de denudação periférica conhecido como Segundo Planalto Paranaense, com altitudes médias na faixa de 1100 a 1200 metros na Escarpa Devoniana (OKA-FIORI, 2006).

O município de Rio Azul está localizado na região centro-sul do estado e abrange os planaltos de Ponta Grossa e Palmas.

O Planalto de Ponta Grossa é caracterizado por um relevo elevado, com extensas áreas planálticas e altitudes médias variando entre 900 e 1.100 metros acima do nível do mar, predominantemente formado por rochas sedimentares do período Permiano, como arenitos, conglomerados e siltitos, depositadas há cerca de 280

milhões de anos. Essas rochas apresentam uma estrutura distinta conhecida como "Camadas Basálticas da Formação Serra Geral", composta por derrames de lava basáltica (PEREIRA, OLIVEIRA e ZATTA, 2012).

O Planalto de Palmas possui uma topografia caracterizada por colinas suaves, relevo ondulado e vales profundos, resultantes de processos geológicos como erosão e sedimentação ao longo de milhões de anos (ROSS, 2012).

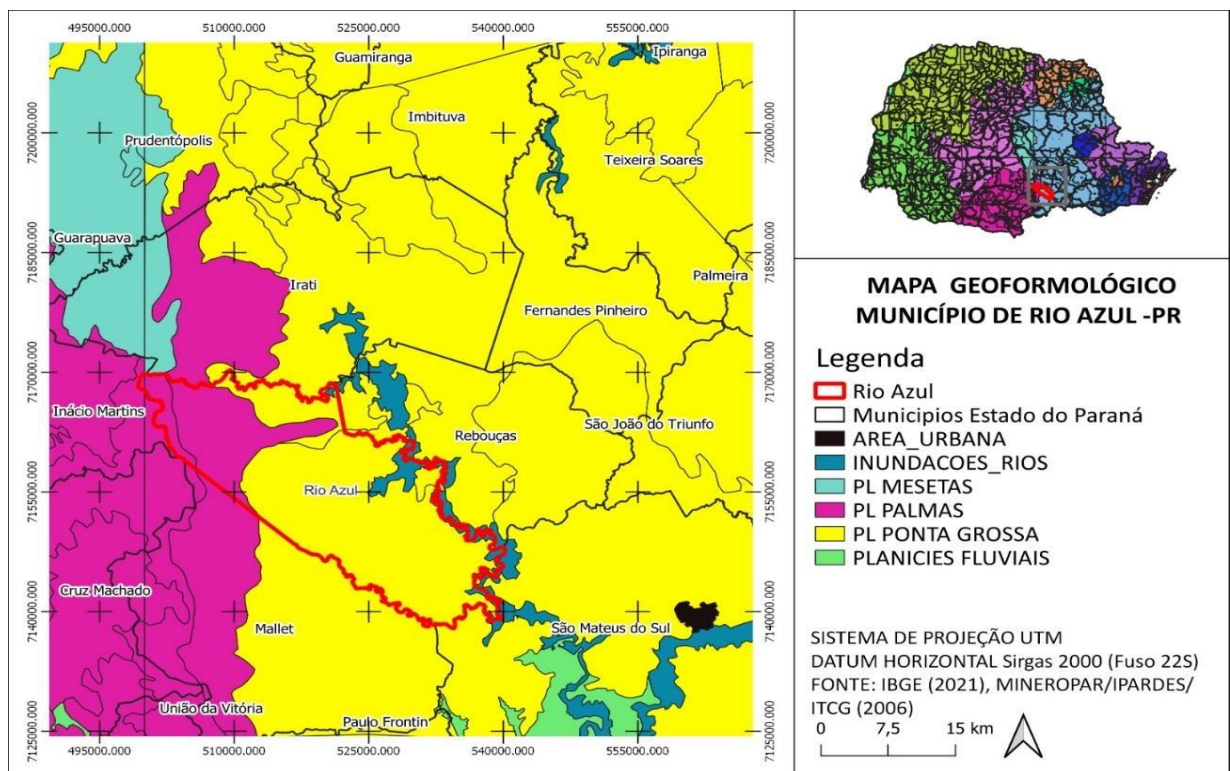


Figura 04 - Mapa Geomorfológico do Município de Rio Azul

1.5. Pedologia

A pedologia, sendo uma das áreas da geografia física e das ciências do solo, tem como principal área de estudo os levantamentos de informações precisas dos solos através da identificação, classificação e mapeamento, a pedologia tem destaque visto a importância das informações geradas no que tange a distribuição espacial do solo na paisagem e todas as suas particularidades (KER *et al.*, 2012).

O Município de Rio Azul geograficamente está localizado na região centro-sul do estado do Paraná, onde o tipo de solo predominante são os Argissolos, Cambissolos e Nitossolos, estes que são apresentados no mapa temático a seguir.

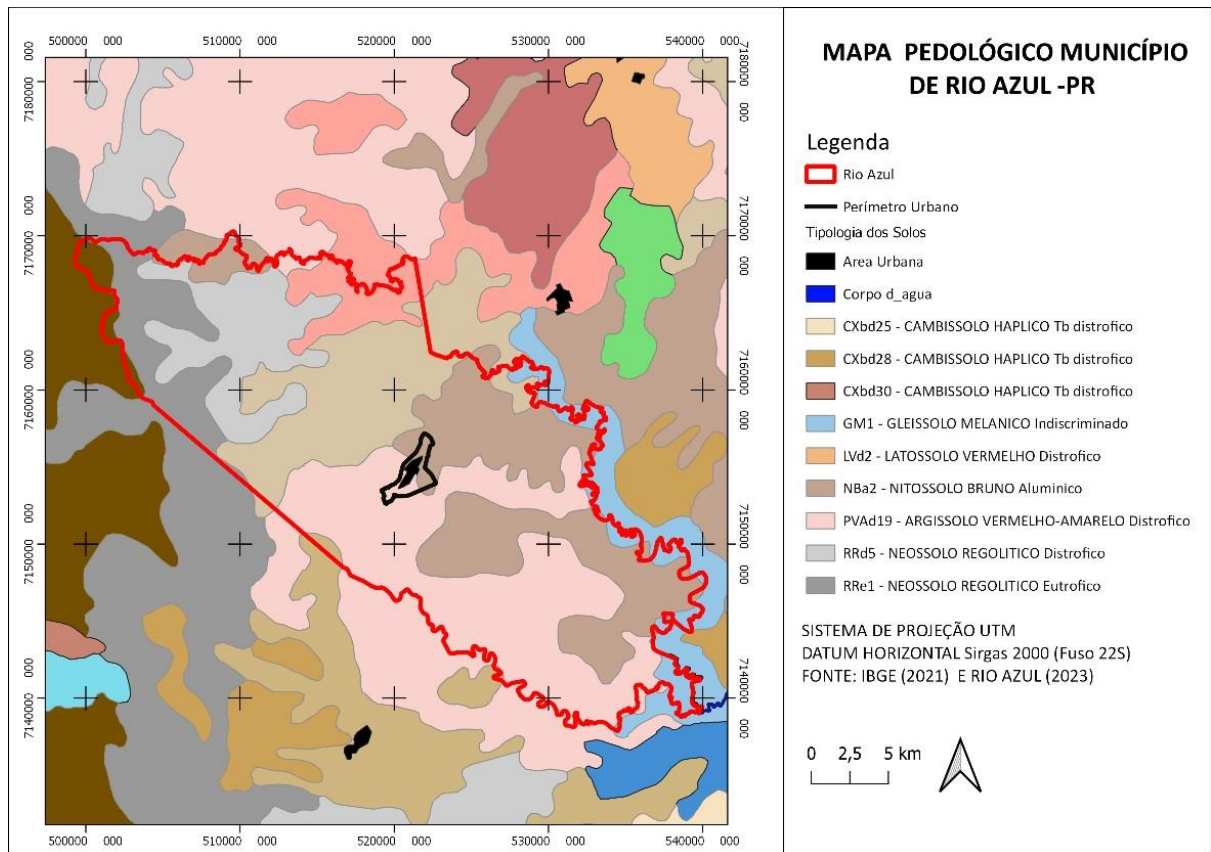


Figura 05 – Mapa de Pedologia do Município de Rio Azul – PR

ARGISSOLOS

Os Argissolos são solos minerais, bem drenados e com moderada fertilidade natural. Eles são caracterizados por apresentarem uma camada subsuperficial (horizonte B) enriquecida com argila, resultante do processo de iluviação, ou seja, do acúmulo de argila proveniente de camadas superiores. (EMBRAPA,2018)

Esses solos são comumente encontrados em regiões de relevo plano a ondulado, onde há deposição de materiais sedimentares finos. Eles estão associados a diferentes tipos de vegetação e podem ocorrer em várias regiões do país. (EMBRAPA, 2018)

A classificação dos Argissolos pela Embrapa é dividida em diferentes subgrupos, levando em consideração fatores como a cor, a textura, a presença de horizontes subsuperficiais e outros atributos específicos. Alguns exemplos de subgrupos de Argissolos são:

Argissolos Vermelhos: São solos com horizonte subsuperficial enriquecido com argila, apresentando cores avermelhadas.

Argissolos Amarelos: São solos com horizonte subsuperficial enriquecido com argila, apresentando cores amareladas.

Argissolos Vermelho-Amarelos: São solos com horizonte subsuperficial enriquecido com argila, apresentando cores que variam entre vermelho e amarelo.

CAMBISSOLOS

De acordo com a Sistema Brasileiro de Classificação de Solos elaborada pela Embrapa os Cambissolos são constituídos por material mineral, com horizonte B. Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características destes solos variam muito de um local para outro. São solos fortemente, até imperfeitamente, drenados, rasos a profundos, de cor bruno-amarelada, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal. O horizonte B incipiente (Bi) tem textura franco-arenosa ou mais argilosa, e o solum, geralmente, apresenta teores uniformes de argila, podendo ocorrer ligeiro decréscimo ou um pequeno incremento de argila do horizonte A para o B.

A estrutura do horizonte B pode ser em blocos, granular ou prismática, havendo casos, também, de solos com ausência de agregados, com grãos simples ou maciços. Apresentam espessura no mínimo mediana (50-100cm) e sem restrição de drenagem, em relevo pouco movimentado, eutróficos ou distróficos, apresentam bom potencial agrícola. (EMBRAPA, 2018)

NITOSSOLOS

Nitossolos são solos constituídos por material mineral, com 350g/kg^{-1} ou mais de argila, inclusive no horizonte A, que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A. O horizonte B nítico apresenta argila de atividade baixa ou atividade alta conjugada com caráter alumínico, ambos na maior parte dos primeiros 100 cm do

horizonte B (inclusive BA). A policromia (variação de cor), conforme descrita abaixo, deve ser utilizada como critério adicional na distinção entre Nitossolos e Argissolos Vermelhos ou Vermelho-Amarelos nas situações em que forem coincidentes as demais características. (EMBRAPA, 2018).

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS AGROPECUÁRIAS

Dos 14.025 habitantes, cerca de 5.049 (36%) residem na zona urbana e 8.976 na zona rural (64%), tendo o perfil de agricultores familiares, sendo que 80% são fumicultores. Possui 2.042 estabelecimentos rurais, atualmente cultivando 35.241 ha, conforme a Figura 07:

TABELA 01 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR – 2017

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Proprietário	1.734	32.377
Assentado sem titulação definitiva	1	x
Arrendatário	69	665
Parceiro	19	x
Comodato	219	2.036
Ocupante	-	-
Produtor sem área	-	-
TOTAL	2.042	35.241

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Entre as atividades produtivas que mais se destacam encontram-se a cultura do tabaco, soja, milho, feijão, hortifrutigranjeiros, trigo, bovinocultura de leite, corte, ovinocultura, erva mate entre outras, conforme demonstrado na figura 03 e 04 da Produção Agrícola Municipal, do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 02 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2022

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Alho	2	8	4.000	34
Arroz (em casca)	70	140	2.000	168
Aveia (em grão)	200	493	2.465	705

Batata-doce	25	950	38.000	1.663
Batata-inglesa	80	2.525	31.563	3.030
Cebola	25	650	26.000	780
Centeio (em grão)	50	120	2.400	96
Cevada (em grão)	100	350	3.500	508
Feijão (em grão)	4.568	6.814	1.492	23.742
Fumo (em folha)	7.050	16.497	2.340	247.455
Mandioca	30	540	18.000	459
Milho (em grão)	5.000	37.134	7.427	55.701
Soja (em grão)	17.000	61.200	3.600	214.200
Tomate	2	66	33.000	231
Trigo (em grão)	800	2.760	3.450	4.692
Triticale (em grão)	50	85	1.700	123

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

NOTA: Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

TABELA 03 - EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES – 2022

EFETIVOS	NÚMERO	EFETIVOS	NÚMERO
Rebanho de bovinos	5.938	Rebanho de ovinos	1.901
Rebanho de equinos	731	Rebanho de bubalinos	175
Galináceos - Total	50.755	Rebanho de caprinos	154
Galinhas (1)	32.000	Codornas	-
Rebanho de suínos - Total	19.696	Rebanho de ovinos tosquiados	805
Matrizes de suínos (1)	650	Rebanho de vacas ordenhadas	2.810

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

Confirmando a vocação agropecuária do município, através do valor Bruto da Produção (VBP) um índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc. Anexo a Figura 04.

TABELA 04 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – 2023

TIPO DE PRODUÇÃO	VALOR NOMINAL (R\$ 1,00)
Agricultura	491.706.269,48
Florestais	41.555.019,68

Pecuária	89.669.725,35
TOTAL	622.931.014,51
FONTE: SEAB/DERA	

A população rural é subdividia em 29 localidade rurais, as quais estão organizadas e em 28 Associações de Produtores Rurais com o objetivo, promover a produção, comercialização e o uso em comum de equipamento e implementos agropecuários, cedido em comodato pelo poder público municipal, visando a diminuição de custos de produção e melhoria de renda do mesmo. Segue em anexo o mapa da divisão das comunidades, bem como a lista das associações de produtores rurais do município, associações de moradores e sindicatos do município.

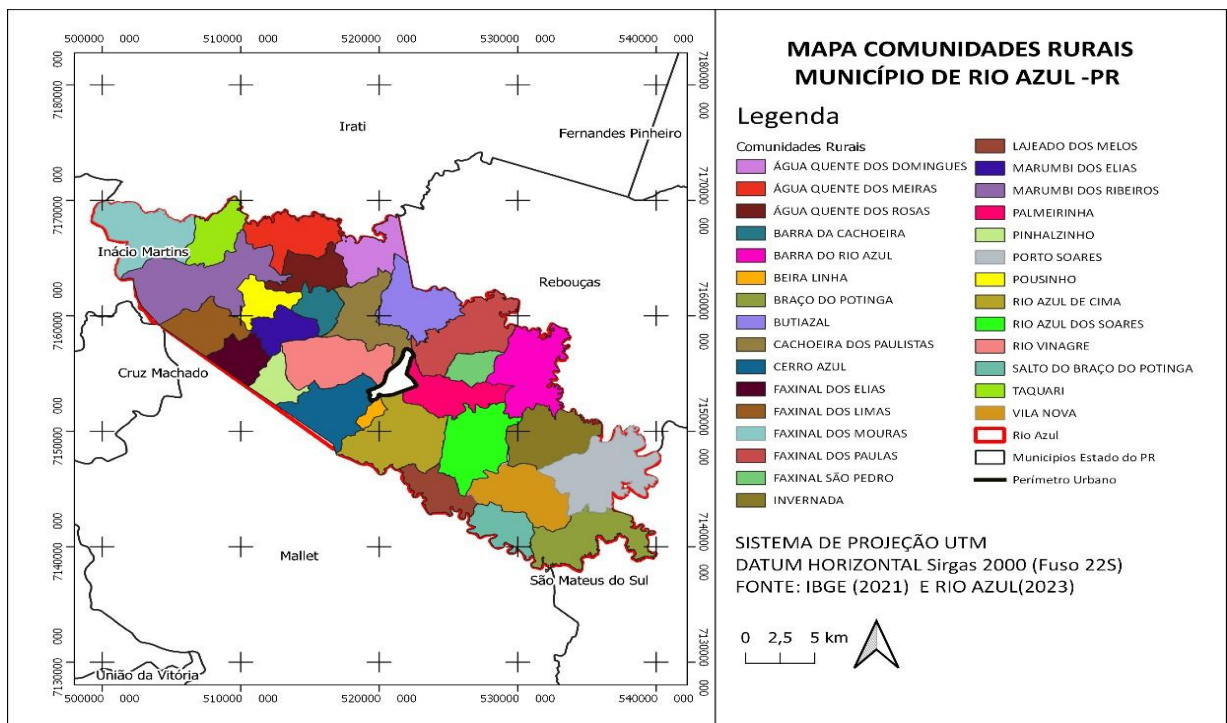


Figura 06 – Mapa Comunidades Rurais do Rio Azul – PR

Associações de Produtores Rurais de Rio Azul

- Associação de Água Quente dos Meiras
- Associação de Água Quente dos Rosas
- Associação de Barra da Cachoeira

- Associação de Barra do Rio Azul
- Associação de Braço do Potinga
- Associação de Butiazal
- Associação de Cachoeira dos Paulistas
- Associação de Charqueada
- Associação de Faxinal de São Pedro
- Associação de Faxinal dos Elias
- Associação de Faxinal dos Limas
- Associação de Faxinal dos Mouras
- Associação de Faxinal dos Paulas
- Associação de Invernada
- Associação de Lajeado dos Mellos
- Associação de Marumbi dos Elias
- Associação de Marumbi dos Ribeiros
- Associação de Palmeirinha
- Associação de Pinhalzinho de Baixo
- Associação do Pozinho
- Associação de Porto Soares
- Associação de Rio Azul de Cima
- Associação de Rio Azul dos Soares
- Associação de Rio Vinagre
- Associação de Serra Azul
- Associação de Taquari
- Associação de Vila Nova
- Associação de Vila Nova – São José

Associações de Moradores de Rio Azul

- Associação de Moradores da Vila Gembarowski
- Associação de Moradores da Vila Bela Vista, Bairro Residencial Bela Vista
- Associação de Moradores da Vila Feliz

Sindicatos

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul
- Sindicato Patronal de Rio Azul

O município também possui duas Cooperativas de Agricultores Familiares com o objetivo promover a produção, armazenamento, classificação, beneficiamento, transporte, comercialização e a agro industrialização da produção de seus associados, além de realizar operações comerciais e financeiras, visando o abastecimento com insumos e equipamentos aos seus sócios, bem como promover assessoria técnica e extensão rural sendo uma, a Cooperativa Agroindustrial dos

Agricultores Familiares de Rio Azul, fundada em 10 de agosto de 2012, hoje conta com noventa e cinco cooperados no quadro Social e comercializam produtos nos programas Compra Direta Paraná, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via Companhia Nacional de Abastecimento ((Conab) também no Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Estadual e Municipal, também vendas direta com o Hotel Dorizon e ponto de Venda Direta ao consumidor localizado na sede da Cooperativa.

Figura 07 – Sede da Coafra



Além da Coafra tem a Cooperativa Mista da Diversificação da Agricultura Familiar de Rio Azul (COMDAF), fundada em 02/02/2018, conta hoje com quarenta e cinco Cooperados, dos quais entre esses 21 tem Certificado em Agricultura Orgânica através da Certificação participativa da Rede Agroecológica ECOVIDA, comercializam produtos nos programas Compra Direta Paraná, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também no Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e canais direto de comercialização como feiras agroecológicas.

A COMDAF é portadora de um diferencial, tanto social, quanto mercadológico e principalmente ambiental, haja vista que possui em seu DNA o foco na agroecologia, o que se materializa em ações práticas da conversão das propriedades, não só em

espaços diversificados no que diz respeito a cultivos além do tabaco, mas também empreende esforços na promoção da agroecologia, como prática e modelo de vida.

Sabe-se que a prioridade dada pela Lei de alimentação escolar é para a aquisição de alimentos orgânicos bem como o projeto de futuro do governo do estado é que 100% da alimentação escolar estadual seja adquirida de empreendimentos da agricultura familiar certificada. Nesse sentido, a COMDAF tem se empenhado em atuar na promoção da diversificação da agricultura familiar sustentável e busca, por meio desse projeto, se estruturar para melhor atender a esse desafio e ampliar seus canais de comercialização.

Figura 08 – Sede da Comdaf



O município atualmente em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), executa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde possuem como beneficiários fornecedores 30 agricultores familiares, onde este programa propicia a diversificação das pequenas propriedades rurais, aumentando a renda das unidades de produção familiar e melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Por outro lado atendem 05 entidades como Beneficiários Recebedoras, as quais possuem vínculos sócio assistenciais no qual atendem pessoas em estado vulnerabilidade social em diversas faixas etária, onde a escolha passam pelo aval do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) Municipal, priorizando os beneficiários de acordo com a resolução do GGPA n° 03/2023, de 05 de setembro de 2023, ou seja povos

indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, população em situação de rua, mulheres negras, acampados, pessoas com deficiência e crianças em situação de desnutrição.

3. MEIO AMBIENTE

Existem no município comunidades tradicionais que vivem no sistema faxinalense, onde se destaca o uso coletivo da terra para a criação de animais e a produção agrícola de base familiar. Nestes espaços, reconhecidos pela legislação estadual como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), a organização é bastante singular, havendo a divisão entre espaços privados (moradias, quintais, jardins e mangueirões) e de uso coletivo (destinado à criação dos animais, plantação e à preservação da mata nativa). Há em Rio Azul, três faxinais, o **Lajeado dos Mellos**, com 235,75 ha, o **Taquari**, com 220,61 ha, e **Água Quente dos Meiras**, com 215,38 ha.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Esperança é uma unidade de conservação localizada no estado do Paraná que contempla 10 municípios entre eles o de Rio Azul com aproximadamente 1.951,36 ha da área total, ela foi criada em 1992 com intuito de preservar e conservar os recursos naturais da região, incluindo sua fauna, flora, nascentes e mananciais.

A APA Serra da Esperança abrange uma área de aproximadamente 206.556,00 ha e possui importância para a proteção dos ecossistemas locais, bem como para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos oferecidos pela região.

3.1. Resíduos Sólidos

A partir de dezembro de 2011, o Município de Rio Azul realiza os serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos não recicláveis até a estação de transbordo localizado na área rural do município na localidade do Faxinal dos Paula. Em relação ao transporte e disposição final dos resíduos, o mesmo é realizado pela

empresa Eficiência Ambiental, a qual coleta os resíduos diretamente das caçambas do armazenamento temporário e os destina ao aterro sanitário devidamente licenciado de sua propriedade na Cidade de Guarapuava.

Com relação aos resíduos sólidos recicláveis, estes são coletados por uma Associação de Reciclagem de Rio Azul –ARRA, foi criada no ano de 2024, a qual assumiu o contrato para a coleta e triagem dos resíduos recicláveis no mês de fevereiro de 2024.

A associação está localizada no imóvel pertencente a Prefeitura de RioAzul, e encontra-se registrado sob a Matrícula nº 7.952 no Cartório de Registro de imóveis da comarca de Rebouças, e possui uma área de cerca 1.430,00 m², a qual atua tanto na área urbana do Município como em toda a área rural, sempre condizente com os cronogramas de coleta dos resíduos, estipulado em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Os entulhos da construção civil gerados no Município são coletados pela própria prefeitura, através de sua equipe da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transporte. Os resíduos são descartados em local adequado ou conforme a classificação utilizada para obras de aterramento.

3.2. Coleta de Embalagens de Agrotóxico

Desde o ano de 2004 é realizada uma vez ao ano a campanha para coleta das embalagens de agrotóxicos, promovida pela Prefeitura Municipal de Rio Azul – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, EMATER, CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Empresas Privadas (Fumageiras e Agropecuárias). A entidade responsável pela coleta é ACODEVALI (Associação dos Comerciantes de Defensivos do Vale do Iguaçu) de São Mateus do Sul – PR.

TABELA 05 – HISTÓRICO DA COLETA DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

ANO	N.º EMBALAGENS	N.º PRODUTORES
2007	38.886	995

2008	45.000	1.100
2009	48.750	1.250
2010	57.067	1.075
2011	67.706	1.100
2012	55.018	1.003
2013	56.220	1.150
2014	57.506	1.050
2015	68.495	1.055
2016	89.021	1.054
2017	85.457	1.136
2018	82.878	1.257
2019	81.610	1295
2020	71.698	1.178
2021	114.501	1.292
2022	40.451	789
2023	81.373	1.128
2024	102.747	1.290

3.3. Abastecimento de Água

O abastecimento de água no município de Rio Azul é distribuído e gerenciado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. A empresa produz e distribui água tratada para 345 municípios no Estado do Paraná e 01 no Estado de Santa Catarina (SANEPAR, 2021).

No município as categorias abastecidas são de residências, comércio, indústria e Poder Público. Abaixo estão descritos o número de unidades atendidas no ano de 2020 de acordo com as categorias:

TABELA 06 – NÚMERO DE UNIDADES ABASTECIDAS POR CATEGORIA DE RIO AZUL – PR

Categorias	Unidades Atendidas
Residencial	2.239
Comercial	248
Industrial	10
Utilidade Pública	20
Poder Público	40
TOTAL	2.557

Fonte: IPARDES (2022)

No que se refere ao abastecimento das comunidades rurais, algumas localidades são abastecidas por soluções próprias (poços artesianos e captação em mina, caracterizando as soluções alternativas coletivas de abastecimento de água - SAC - do interior do Município, sendo operado diretamente pelas próprias comunidades, sem a intervenção da concessionária que opera o sistema urbano); outras têm o abastecimento populacional através de soluções individuais (poços cacimba, minas e fontes) - SAI.

Comunidades atendidas por Micro Sistemas de Abastecimento: Rio Vinagre, Marumbi dos Elias, Taquari, Água Quente dos Meiras, Água Quente dos Rosas, Cachoeira dos Paulistas, Faxinal de São Pedro com extensão para Faxinal dos Paulas, Invernada, Vila Nova, Porto Soares e Lajeado dos Mellos e Pinhalzinho. Em fase de implantação e execução se encontra as comunidades de Serra Azul, Marumbi dos Ribeiros e Barra do Rio Azul e Faxinal dos Paulas, e em fase de projeto se encontra a comunidade de Pozinho.

3.4. Esgotamento Sanitário

O município de Rio Azul possui o sistema de esgotamento sanitário atendido pela SANEPAR. Apresenta um total de 2.451 domicílios atendidos pelo esgotamento sanitário, sendo esses banheiros ou sanitários.

3.5. Proteção de Nascentes

Compreende a proteção do entorno do olho d'água, com técnica adequada, permitindo condições de escoamento contínuo de água, redução de riscos de contaminação e conscientização da população.

O trabalho de proteção de nascentes a partir do solo-cimento utiliza materiais de fácil aquisição, baixo custo e de fácil aplicabilidade, tornando-o uma alternativa viável para a melhoria de abastecimento de água nas propriedades rurais.

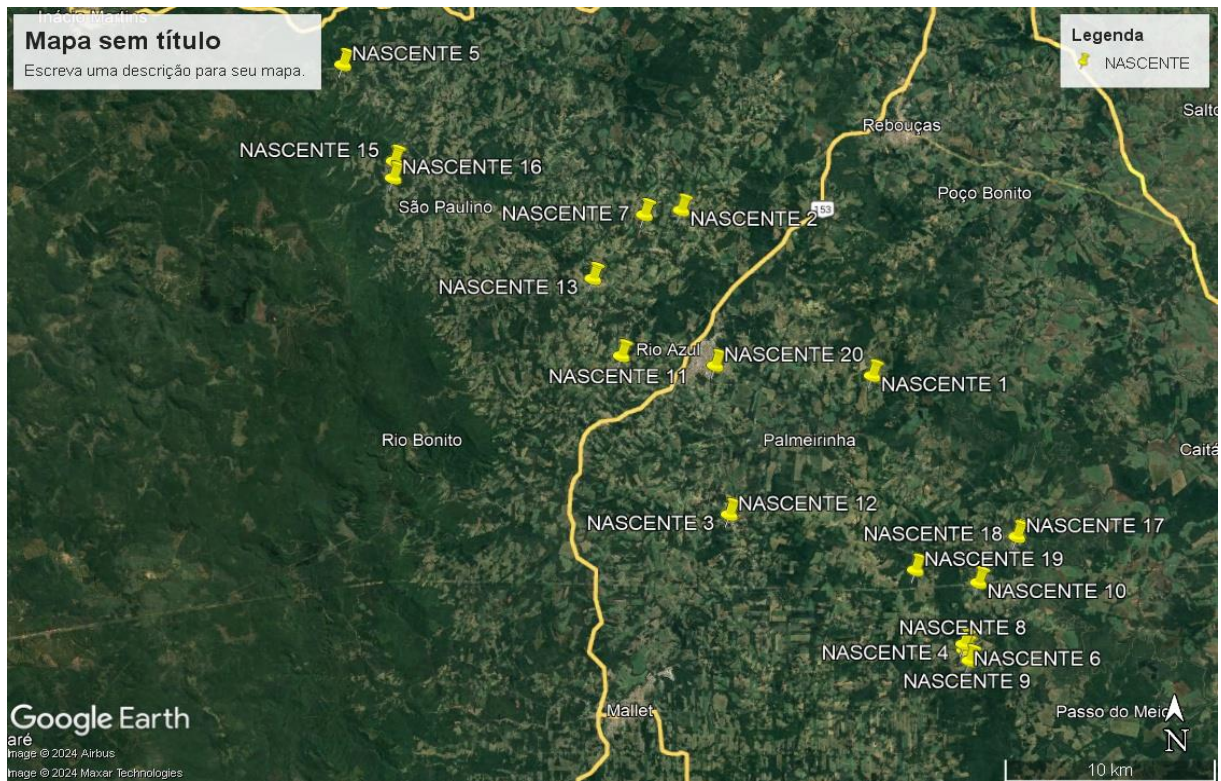
O município realizou um processo licitatório, com recursos oriundos da Itaipu Binacional, o qual realizará a recuperação de 20 nascentes através da empresa Topogeo Assessoria, conforme especificada no quadro abaixo.

TABELA 07 – LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS A RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES

Nascente 1 Latitude: 25°44'23.48"S Longitude: 50°42'37.44"O Local: PALMEIRINHA	Nascente 2 Latitude: 25°39'58.19"S Longitude: 50°48'2.59"O Local: Butiazal
Nascente 3 Latitude: 25°48'06.51"S Longitude: 50°46'40.62"O Local: Rio Azul de Cima	Nascente 4 Latitude: 25°51'35.00"S Longitude: 50°39'59.84"O Local: Braço do Potinga
Nascente 5 Latitude: 504029.81 m E Longitude: 7168416.95 m S Local: Faxinal dos Mouras	Nascente 6 Latitude: 25°51'44.57"S Longitude: 50°39'58.64"O Local: BRAÇO DO POTINGA
Nascente 7 Latitude: 5°40'5.37"S Longitude: 50°49'5.08"O Local: CACHOEIRA DOS PAULISTAS	Nascente 8 Latitude: 25°51'45.47"S Longitude: 50°39'56.71"O Local: BRAÇO DO POTINGA
Nascente 9 Latitude: 25°52'1.74"S Longitude: 50°39'49.78"O Local: BRAÇO DO POTINGA	Nascente 10 Latitude: 25°49'55.79"S Longitude: 50°39'35.80"O Local: PORTO SOARES
Nascente 11 Latitude: 25°43'51.80"S Longitude: 50°49'44.50"O Local: PINHALZINHO	Nascente 12 Latitude: 25°48'6.46"S Longitude: 50°46'40.91"O Local: RIO AZUL DE CIMA
Nascente 13 Latitude: 25°41'47.94"S Longitude: 50°50'32.66"O Local: RIO VINAGRE	Nascente 14 Latitude: 25°38'40.34"S Longitude: 50°56'8.30"O Local: MARUMBI DOS RIBEIROS
Nascente 15 Latitude: 25°38'40.58"S Longitude: 50°56'9.01"O	Nascente 16 Latitude: 25°39'7.47"S Longitude: 50°56'10.85"O

Local: MARUMBI DOS RIBEIROS	Local: MARUMBI DOS RIBEIROS
Nascente 17 Latitude: 25°48'42.18"S Longitude: 50°38'29.31"O Local: PORTO SOARES	Nascente 18 Latitude: 25°48'39.77"S Longitude: 50°38'28.37"O Local: PORTO SOARES
Nascente 19 Latitude: 25°49'35.64"S Longitude: 50°41'23.34"O Local: VILA NOVA	Nascente 20 Latitude: 25°44'7.22"S Longitude: 50°47'4.96"O LOCAL: Associação dos funcionários públicos.

FIGURA 09 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS PROTEÇÕES DE NASCENTES



4. A ADESÃO AO SISAN

O município de Rio Azul realizou até o presente momento quatro Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, e logo após a segunda conferência criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) através da Lei 797/2015 de 04 de novembro de 2015, após instituiu o regimento interno do mesmo, o qual os conselheiros veem reunindo-se trimestralmente até os dias atuais

contribuindo sempre na melhoria e avanços na área da Segurança Alimentar e Nutricional do município.

Dando sequência, como forma do município ir se alinhando com a Política Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, através da Lei nº.929 de 17 de setembro de 2018 foi criado os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN, os quais são: as Conferencias, Consea e a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN,

No ano de 2019 houve a Criação da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do município de Rio Azul, através do decreto 167/2019, em 23 de dezembro de 2019, sendo que seus representantes foram nomeados através do decreto nº. 72/2020, em 09 de março de 2020.

Conforme o manual orientativo da CAISAN Estadual e da Secretaria de Estado e Abastecimento (Seab), em 19 de outubro de 2020, o município enviou toda a documentação solicitada para a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), através do protocolo: 17.000.780-8. Na data de 04 de novembro de 2020 a CAISAN/PR enviou para o município uma nota Técnica nº 040/2020 ressaltando que o processo está em análise; e que após aprovada seria enviada para a CAISAN nacional.

Dando sequência ao processo em 20 de outubro de 2021 o município assina o Termo de Adesão nº. 018/2021, qual o mesmo adere ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, o qual contempla vários esforços do COMSEA Municipal e da CAISAN e outros órgãos envolvidos, integrando governos e a sociedade civil, visando efetivar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto n.º 7.272/2010.

5. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

De acordo com o último censo do IBGE realizado em 2022 a população censitária do município é de 14.025 habitantes, sendo população masculina de 7.121 e feminina de 6.909 pessoas, vale destacar que a população masculina é um pouco maior no município, abaixo apresenta-se a população censitária por faixa etária e sexo (2022), bem como distribuição por domicílio e sexo (2010), raça e cor (2022), e por tipo de deficiência (2010).

TABELA 08 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – 2022

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Com até 14	1.359	1.397	2.756
- Menores de 1 ano	84	91	175
- De 1 a 4	347	377	724
De 1	82	97	179
De 2	87	90	177
De 3	78	91	169
De 4	100	99	199
- De 5 a 9	466	464	930
De 5	116	98	214
De 6	85	101	186
De 7	86	97	183
De 8	77	78	155
De 9	102	90	192
- De 10 a 14	462	465	927
De 10	98	95	193
De 11	98	93	191
De 12	101	101	202
De 13	84	82	166
De 14	81	94	175
De 15 a 64	5.036	4.712	9.748
- De 15 a 19	503	505	1.008
De 15	97	98	195
De 16	104	109	213
De 17	120	112	232
De 18	99	93	192
De 19	83	93	176
- De 20 a 24	512	498	1.010
- De 25 a 29	565	514	1.079
- De 30 a 34	566	511	1.077

- De 35 a 39	547	527	1.074
- De 40 a 44	554	494	1.048
- De 45 a 49	486	426	912
- De 50 a 54	464	464	928
- De 55 a 59	477	419	896
- De 60 a 64	362	354	716
De 65 anos e mais	726	795	1.521
- De 65 a 69	286	273	559
- De 70 a 74	208	225	433
- De 75 a 79	135	152	287
- De 80 anos e mais	97	145	242
TOTAL	7.121	6.904	14.025

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

TABELA 09 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO – 2022

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Urbano	2.452	2.560	5.012
Rural	4.888	4.193	9.081
TOTAL	7.340	6.753	14.093

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA 10 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA – 2022

COR / RAÇA	POPULAÇÃO	COR / RAÇA	POPULAÇÃO
Branca	11.192	Indígena	8
Preta	243	Sem declaração	-
Amarela	9		
Parda	2.573	TOTAL	14.025

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA 11 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA – 2010

TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	3.220

Visual	2.475
Auditiva	784
Física e/ou motora	988
Mental e/ou intelectual	187

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

(1) A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

6. EDUCAÇÃO

O fortalecimento da educação básica do município é medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a nota de avaliação possui uma escala que vai de 0 (zero) a 10 (dez), e mede o índice de aprovação e fator socioeconômico dos alunos e conseqüentemente de suas famílias, tendo os alunos matriculados na educação básica do 1º ao 5º ano no município de Rio Azul participado das avaliações IDEB desde 2005, sendo que o município teve uma melhora expressiva ao longo dos anos indo de uma nota geral de 4,4 em 2005 a 6,5 em 2023, mostrando o trabalho constante por parte dos profissionais da educação em busca da melhoria da educação no município.

TABELA 12 - NOTA DO PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) de 2005 a 2023

IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)	IDEB 2015 (N x P)	IDEB 2017 (N x P)	IDEB 2019 (N x P)	IDEB 2021 ² (N x P)	IDEB 2023 (N x P)
▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼
4,4	4,8	5,0	5,2	4,9	5,6	5,8	6,2	5,9	6,5
4,4	4,8	5,0	5,2	4,9	5,6	5,8	6,2	5,9	6,5

O município de Rio Azul conta com 12 unidades escolares Municipais e 4 unidades escolares estaduais, e 01 unidades escolar filantrópica estando distribuídos por modalidade de ensino conforme tabela abaixo.

TABELA 13 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2023

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	543	3	546
Creche	-	-	149	-	149
Pré-escolar	-	-	394	3	397
Ensino fundamental	-	748	899	14	1.661
Ensino médio	-	521	-	-	521
Educação profissional	-	184	-	-	184
Educação especial - classes exclusivas	-	-	15	67	82
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	32	2	50	84
Ensino fundamental	-	13	2	50	65
Ensino médio	-	19	-	-	19
TOTAL	-	1.301	1.444	67	2.812

FONTE: MEC/INEP

NOTA: A soma das parcelas pode divergir do total do Estado em razão de que um aluno pode estar matriculado em mais de uma modalidade de ensino, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

6.1. Lista das escolas no município e modalidade de ensino

ESCOLAS MUNICIPAIS

- ANAHIR O LIMA, E M C PROFA-EI EF
- ANIBAL KHURY, C M E I DEP
- ANTONIO JOSE RIBEIRO, E M C-EI EF
- CRISTO REI, C M E I
- GETULIO VARGAS, E M C DR-EI EF
- JOAQUIM VIEIRA, E M C-EI EF
- JOSE BONIFACIO, E M C-EI EF
- MARIA LUIZA GAISLER SOARES, C M E I PROF
- PEQUENO POLEGAR II, C M E I
- SANTO ANTONIO, E M C-EI EF
- URQUIZ CORDEIRO, E M C-EI EF
- VANDA HESSEL, E M PROFA-EF

ESCOLAS ESTADUAIS

- AFONSO ALVES DE CAMARGO, C E C-M DR-EF M P

- CHAFIC CURY, C E DR-EF M N
- MIGUEL DESANOSKI, E E C-EF
- NOSSA SRA APARECIDA, C E C-EF M

ESCOLA FILANTRÓPICA

- TIA EMILIA PASZKO, E-EI EF MOD ED ESP

6.2. Alimentação Escolar

O município de Rio Azul, recebe verbas federais do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), e conta ainda com recursos da prefeitura municipal.

No ano de 2023 o município recebeu através do PNAE o valor de R\$ 188.684,00 (Cento e oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e quatro reais) e em 2024 recebeu o valor de R\$ 190.116,51 (Cento e noventa mil e cento dezesseis reais e cinquenta e um centavos) para atender a alimentação no período escolar dos alunos matriculados na educação básica municipal, sendo que este recurso é recebido conforme a modalidade de ensino, além deste recurso o município recebeu verbas de recursos oriundos da Entidade executora (Prefeitura Municipal) para complementar os recursos federais sendo que no ano de 2023 o foi gasto um montante de R\$ 174.990,85 (Cento e setenta e quatro reais novecentos e noventa mil e oitenta e cinco centavos) com o recurso federal e R\$ 493.116,64 recebido da prefeitura, O município possui escolas em período integral e parcial com contra turno e creches em que os alunos recebem até 4 refeições ao dia, contando com café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde.

O número de refeições para as crianças que tem pelo menos 1 refeição ao dia no período letivo fica em torno de 300 mil refeições ao ano e para as crianças que tem 3 ou mais refeições ao dia fica em torno 200 mil refeições ao ano.

Desde o ano e 2010 o município precisa gastar no mínimo 30 % dos recursos federais recebidos com a agricultura familiar conforme determina a Lei de nº 11.947, de 16 de junho de 2009, gerando renda e trabalho aos agricultores do município.

TABELA 14 – VALORES GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR POR ANO COM RECURSOS DO PNAE, ANOS 2011 A 2023.

Ano	Valor Transferido RECURSO FEDERAL	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual do TOTAL GASTO
2011	R\$ 93.900,00	R\$ 33.820,01	36,02%
2012	R\$ 95.772,00	R\$ 23.048,11	24,07%
2013	R\$ 105.640,00	R\$ 44.895,62	42%
2014	R\$ 134.730,00	R\$ 45.161,70	34%
2015	R\$ 116.832,00	R\$ 49.334,61	42%
2016	R\$ 123.421,73	R\$ 75.270,91	60,99%
2017	R\$ 151.336,00	R\$ 58.070,98	38,37%
2018	R\$ 137.170,00	R\$ 76.007,35	55,41%
2019	R\$ 134.716,00	R\$ 92.832,21	68,90 %
2020	R\$ 136.030,40	R\$ 69.389,35	51,01%
2021	R\$ 153.953,80	R\$ 82.901,19	53,85%
2022	R\$ 142.280,00	R\$ 99.404,37	69,87%
2023	R\$ 188.684,00	R\$ 140.872,05	74,66%

7. SAÚDE

7.1. Prevalência de obesidade e baixo peso no município

A atenção primária da área da saúde do município conta com vários postos de saúdes que estão instalados em localidades do interior e da cidade, com médicos que atendem pelo Programa Equipe da Saúde da Família, conta ainda com farmácia central, bem como farmácias nos postos de saúde, possui também atendimento via hospital a noite com atendimento gratuito pelo SUS, possui um SAMU para atendimento de urgência e emergência, conta com equipe de enfermagem, agentes de saúde, equipe administrativa, motoristas e equipe multidisciplinar para atender a população em geral, conta ainda, com 02 (duas) academias de saúde onde ocorre atendimento multidisciplinar para atender a população que necessita de atendimento especializado, bem como busca melhor qualidade de vida.

Os usuários que necessitam de atendimento especializado, vão para o Modelo de Atenção as Condições Crônicas (MACC) em Irati e os que necessitam de atendimento terciário vão para unidades hospitalares de Curitiba e Ponta Grossa.

O município conta ainda com vários programas de saúde voltados a população do município.

Para verificar a saúde da população, o município conta com programas do Ministério da saúde que são alimentados periodicamente sendo um deles o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

O SISVAN apresenta como instrumento de coleta de dados, os formulários de Cadastro e acompanhamento nutricional, o formulário de marcadores de consumo alimentar e o mapa de acompanhamento.

Para integrar os sistemas do Ministério da Saúde que registram dados antropométricos e de consumo alimentar (e-SUS AB e SISVAN), passou a usar o Cartão Nacional de Saúde (CNS) para identificar os usuários.

Hoje é sabido que consumo elevado de alimentos ultra processados, ricos em açúcar e gorduras, com baixa ingestão de frutas e vegetais; estilo de vida sedentário, exacerbado pelo aumento do uso de tecnologia e transporte motorizado; estresse e questões emocionais que podem levar a comportamentos alimentares inadequados, como o comer emocional são as causas mais comuns da obesidade. A obesidade é caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, geralmente avaliada pelo Índice de Massa Corporal (IMC). No município foram identificadas 230 pessoas acima do peso, que é 1,64% da população de Rio Azul.

A longo prazo a obesidade traz outros problemas de doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e hipertensão.

A análise da prevalência de diabetes no município de Rio Azul revela que 648 indivíduos, o que corresponde a cerca de 4,63% da população de 14.025 habitantes, são diabéticos. Essa condição crônica é caracterizada por altos níveis de glicose no sangue e pode resultar em complicações graves, como, problemas renais, neuropatia e até amputações.

A farmácia Central de Rio Azul em agosto de 2024 dispense 5.319 medicamentos para diabéticos do município.

A análise da hipertensão arterial em Rio Azul indica que 2.769 pessoas, aproximadamente 19,7% da população de 14.025 habitantes, sofrem dessa condição. A hipertensão é caracterizada por pressão arterial elevada, acima de 140/90 mmHg, e pode levar a complicações graves, como doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral (AVC) e complicações oculares.

Somente em agosto de 2024, foram dispensados 16.885 medicamentos da Farmácia Central do Município de Rio Azul para tratamento de hipertensão arterial da população afetada.

Na outra ponta dos problemas relacionados com alimentação encontram-se as pessoas com desnutrição, sendo que no município de Rio Azul, foi verificado a presença de 34 (trinta e quatro) pessoas abaixo do peso o que representa uma porcentagem relativamente baixa da população total (aproximadamente 0,24%).

As pessoas que estão abaixo do peso podem enfrentar várias complicações de saúde, incluindo: Sistema imunológico enfraquecido, fadiga e baixa energia, problemas de crescimento e desenvolvimento.

As Causas mais comuns de desnutrição no município pode ser ocasionada pelo consumo insuficiente de calorias e nutrientes essenciais, muitas vezes devido a hábitos alimentares inadequados, acesso limitado a alimentos nutritivos devido a restrições financeiras ou falta de disponibilidade, distúrbios alimentares, estresse ou depressão que podem impactar a ingestão alimentar entre outras.

7.2. Número de nascidos vivos

Em relação ao número de gestantes no município até outubro de 2024 o município conta com 94 gestantes, em 2023 houve o nascimento de 208 crianças conforme tabela abaixo:

TABELA 15 - NASCIDOS VIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DA MÃE – 2023

FAIXA ETÁRIA (anos)	Nº DE NASCIDOS VIVOS
De 10 a 14	-
De 15 a 19	20
De 20 a 24	49
De 25 a 29	60
De 30 a 34	46
De 35 a 39	29
De 40 a 44	4
De 45 a 49	-

50 anos e mais	-
Idade ignorada	-
TOTAL DE NASCIDOS VIVOS	208

FONTE: MS/DATASUS

NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição em 16 de fevereiro de 2023.

7.3. Óbitos no município

TABELA 16 - ÓBITOS SEGUNDO TIPOS DE DOENÇAS (CAPÍTULOS DO CID10 (1)) - GERAL – 2023

TIPOS DE DOENÇAS	CAPÍTULO	Nº DE ÓBITOS
Infeciosas e parasitárias	I	2
Neoplasias (Tumores)	II	18
Do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	III	-
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	IV	4
Transtornos mentais e comportamentais	V	3
Do sistema nervoso	VI	2
Do olho e anexos	VII	-
Do ouvido e da apófise mastóide	VIII	-
Do aparelho circulatório	IX	39
Do aparelho respiratório	X	14
Do aparelho digestivo	XI	7
Da pele e do tecido celular subcutâneo	XII	-
Do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	XIII	-
Do aparelho geniturinário	XIV	3
Gravidez, parto e puerpério	XV	-
Algumas afecções originadas no período perinatal	XVI	-
Mal formação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas	XVII	1
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	XVIII	-
Causas externas de morbidade e mortalidade	XX	9
TOTAL DE ÓBITOS		102

FONTE: MS/Datasus

NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição em 05 de setembro de 2023.

(1) Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão Internacional de Doenças (CID10).

TABELA 17 - ÓBITOS EM MENORES DE 1 ANO E EM MENORES DE 5 ANOS SEGUNDO OS TIPOS DE DOENÇAS (CAPÍTULOS DO CID10 (1)) – 2023

TIPOS DE DOENÇAS	CAPÍTULO	MENORES DE 1 ANO	MENORES DE 5 ANOS
Infecciosas e parasitárias	I	-	-
Neoplasias (Tumores)	II	-	-
Do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	III	-	-
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	IV	-	-
Transtornos mentais e comportamentais	V	-	-
Do sistema nervoso	VI	-	-
Do olho e anexos	VII	-	-
Do ouvido e da apófise mastóide	VIII	-	-
Do aparelho circulatório	IX	-	-
Do aparelho respiratório	X	-	-
Do aparelho digestivo	XI	-	-
Da pele e do tecido celular subcutâneo	XII	-	-
Do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	XIII	-	-
Do aparelho geniturinário	XIV	-	-
Algumas afecções originadas no período perinatal	XVI	-	-
Mal formação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas	XVII	-	-
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	XVIII	-	-
Causas externas de morbidade e mortalidade	XX	-	-

TOTAL DE ÓBITOS			-	-
-----------------	--	--	---	---

FONTE: MS/Datasus

NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição em 05 de setembro de 2023. (1) Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão Internacional de Doenças (CID10).

TABELA 18 - ÓBITOS MATERNOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA – 2023

FAIXA ETÁRIA (anos)	NÚMERO DE ÓBITOS
De 10 a 14	-
De 15 a 19	-
De 20 a 24	-
De 25 a 29	-
De 30 a 34	-
De 35 a 39	-
De 40 a 44	-
De 45 a 49	-
TOTAL DE ÓBITOS	-

FONTE: MS/Datasus

NOTA: Não incluído os casos de local ignorado. Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição em 05 de setembro de 2023

8. ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.1. Programa Leite das Crianças

O Programa Leite das Crianças (PLC) foi instituído pela Lei Estadual nº 16.475/2010 sendo um auxiliar no combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite pasteurizado enriquecido com Ferro Quelato e Vitaminas “A” e “D”, a crianças de seis a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo. É um Programa intersetorial, englobando ações das Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Educação (SEED), Saúde (SESA) e Desenvolvimento Social e Família (SEDEF).

Para participar do Programa é necessário comparecer no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e apresentar documento pessoal com foto, comprovante de endereço, comprovante de renda e certidão de nascimento da criança.

No município de Rio Azul/PR, o Programa Leite das Crianças atende 90 famílias e está distribuído em 11 comunidades da zona rural perfazendo-se cerca de 540 km por semana para a realização das entregas. Por dia são entregues 90 litros de leite.

Através de parceria com a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento-SEAB, o município tem autorizado recurso para aquisição de um veículo utilitário fechado que utilizado exclusivamente para o transporte do leite.

8.2. Programa Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, o Programa Bolsa Família é um Programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como Saúde, Educação e Assistência Social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como Assistência Social, Esporte, Ciência e Trabalho.

No mês de fevereiro de 2025, o município de RIO AZUL/PR teve 612 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 1.843 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R\$ 371.752,00 e um benefício médio de R\$ 607,44.

- Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em fevereiro de 2025 no município de RIO AZUL/PR:

- **1.843 Benefício de Renda de Cidadania (BRC):** no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- **540 Benefício Complementar (BC):** destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma.
- **305 Benefício Primeira Infância (BPI):** no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos.
- **Benefício Variável Familiar (BVF):** no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:
 - a. gestantes;
 - b. nutrizes;
 - c. crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos;
ou
 - d. adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos;
- **2 Benefício Extraordinário de Transição (BET):** aplicado em circunstâncias específicas até maio de 2025, com o propósito de assegurar que nenhum beneficiário receba quantia inferior à concedida no programa anterior (Auxílio Brasil).

8.3. Programa Auxílio Gás dos Brasileiros

É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021.

Nas parcelas de agosto, outubro e dezembro de 2022, as famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros receberam o valor do benefício em dobro, conforme a Emenda Constitucional nº 123/2022.

A partir de fevereiro de 2023, e nos meses pares seguintes, as famílias beneficiárias do Programa seguem recebendo o valor do benefício em dobro, conforme a Medida Provisória nº 1.155 de 1º de janeiro de 2023. Com isso, o Programa atualmente paga um benefício no valor médio de R\$ 110,00 (cento e dez reais).

Essa parcela dobrada (Adicional Complementar) possui caráter temporário, sendo paga até que novo programa venha a substituir o Programa.

O município de RIO AZUL/PR teve 13 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1.378,00.

8.4. Gestão das condicionalidades e o acesso aos Serviços de Educação, Saúde e Assistência Social

Quando uma família entra no Programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes à Saúde e à Educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, quais sejam:

Condicionalidades de Saúde:

- realização de pré-natal;
- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 anos de idade incompletos.

Condicionalidades de Educação:

Frequência escolar mínima:

- 60% para os beneficiários de 4 a 6 anos de idade incompletos;
- 75% para os beneficiários de 6 a 18 anos de idade incompletos, que não tenham concluído a educação básica.

8.5. Educação:

O acompanhamento das condicionalidades de Educação voltou a ser obrigatório desde o terceiro período de 2022, nos meses de junho e julho. Devido à pandemia de Covid-19, que originou a interrupção das atividades escolares e, por consequência, a descontinuidade do acompanhamento das condicionalidades da Educação, foi necessário retomar com redobradas energias as atividades de gestão de condicionalidades, objetivando recuperar os índices de acompanhamento anteriores à pandemia e, posteriormente, procurar alcançar novos patamares.

Com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o novo Programa Bolsa Família, não haverá mais o acompanhamento na Educação dos jovens de 18 a 21 anos. As demais faixas etárias e respectivas frequências mensais mínimas permanecem inalteradas.

Em novembro de 2024, 585 beneficiários(as) de 4 a 18 anos incompletos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação.

O município de RIO AZUL/PR conseguiu acompanhar 572 beneficiários(as) entre 4 e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma **cobertura de acompanhamento de 97,8% na Educação**. O resultado nacional de acompanhamento foi de 86,0%.

O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar **muito bom**. Assim, é importante que o município continue trabalhando, no sentido de manter o acompanhamento da frequência escolar no seu município em patamar elevado. Nesse contexto, a Gestão Municipal do PBF deve continuar procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam (“não localizados”), realizando ações de orientação às famílias para que informem nas escolas que suas crianças e jovens são beneficiários do PBF e para que atualizem também o Cadastro Único quando houver mudança de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola. Também é importante tentar identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos, com baixa frequência, a não cumprirem a condicionalidade, para que o poder público possa atuar no sentido de auxiliar a família a superar possíveis situações de agravamento de vulnerabilidades e identificar demandas e direitos sociais não atendidos no território.

Usando as respectivas taxas nacionais como referência, o município deve se atentar também para as suas taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento por faixa etária, de modo a identificar eventuais lacunas de cobertura de acompanhamento:

TABELA 19 – FAIXAS ETÁRIAS

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Público para acompanhamento	99	405	81
Pessoas acompanhadas	98	404	70
Taxa de acompanhamento em RIO AZUL/PR	99,0%	99,8%	86,4%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	80,9%	88,4%	81,2%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	95	379	54
Taxa de cumprimento em RIO AZUL/PR	96,9%	93,8%	77,1%
Taxa de cumprimento no BRASIL	95,6%	96,2%	91,1%

Fonte: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html> Acesso em: 24.02.2025

8.6. Saúde:

O acompanhamento das condicionalidades de Saúde não foi suspenso durante a pandemia do Covid-19, mas o registro das informações foi fortemente impactado, uma vez que a coleta das informações permaneceu como não obrigatória da 1ª vigência de 2020 até à 1ª vigência de 2021. Desde a 2ª vigência de 2021, o Ministério da Saúde decidiu retomar a obrigatoriedade do registro do acompanhamento das condicionalidades de Saúde e, por consequência, temos observado uma recuperação dos níveis de acompanhamento, mas ainda muito aquém dos níveis observados antes da pandemia.

Em junho de 2024, 1.229 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Saúde. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de Saúde as crianças menores de 7 anos e as mulheres.

O município de RIO AZUL/PR conseguiu acompanhar 1.126 beneficiários(as), o que corresponde a uma **cobertura de acompanhamento de 91,6% na Saúde**. O resultado nacional de acompanhamento foi de 81,1%.

Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde **muito bom**. No entanto, é importante que o município continue trabalhando, no sentido de manter o acompanhamento da Saúde no seu município em patamar elevado. Nesse contexto, o gestor municipal do PBF deve continuar orientando as famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de Saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço, bem como ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela Saúde. Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas, as quais são elegíveis ao Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG). As informações sobre o não cumprimento das condicionalidades de Saúde e de situação nutricional devem servir de base para a articulação intersetorial entre Educação, Assistência Social e Saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais situações de agravamento de vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas e direitos sociais no território.

Usando as respectivas taxas nacionais como referência, o município deve prestar atenção também aos resultados de acompanhamento da agenda da Saúde relativos às crianças e às mulheres, separadamente, de modo a identificar possíveis lacunas de cobertura de acompanhamento:

TABELA 20 – COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	339	890
Pessoas acompanhadas	251	875
Taxa de acompanhamento em RIO AZUL/PR	74,0%	98,3%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	61,6%	88,5%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	236	-
Taxa de cumprimento em RIO AZUL/PR	94,0%	-
Taxa de cumprimento no BRASIL	98,0%	-

Fonte: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html> Acesso em: 24.02.2025

8.7. Atendimento/Acompanhamento pela Assistência Social das famílias que descumpriram as condicionalidades

As famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades podem receber efeitos gradativos, que vão desde uma advertência, depois bloqueio e, ainda, a suspensão do Benefício, podendo chegar ao cancelamento em casos específicos (esse processo de aplicação de efeitos é chamado de repercussão). Esses efeitos devem ser considerados como indícios de possíveis situações de agravamento de vulnerabilidades que as famílias podem estar vivenciando, pois indicam que alguma situação está impedindo ou prejudicando o acesso à Saúde e à Educação. Nesses casos, é necessário que o poder público atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar essa situação de vulnerabilidade, permitindo, desse modo, que elas voltem a acessar regularmente esses Serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso, as famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão em fase de suspensão, são prioritárias no atendimento/acompanhamento pela Assistência Social no município.

Devido à implementação do novo Programa Bolsa Família em março de 2023, as repercussões por não cumprimento de condicionalidades foram interrompidas, tendo sido retomadas em julho de 2023, com a aplicação do efeito de advertência às famílias em situação de não cumprimento no período de acompanhamento de abril/maio de 2023. Nas próximas repercussões voltarão a ser aplicadas, junto com o efeito de advertência, também os efeitos de bloqueio e suspensão e cancelamento.

8.8. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único é uma tecnologia social de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa.

O Governo Federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder Benefícios e Serviços de Programas Sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o

mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos Programas Sociais geridos pelo estado ou município.

O município de **RIO AZUL/PR** já vem realizando as atividades de cadastramento e atualmente (fevereiro de 2025) tem:

- **2.290** famílias inseridas no Cadastro Único;
- **1.613** famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- **1.200** famílias com renda até ½ salário mínimo; e
- **982** famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado.

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município, em fevereiro de 2025, é de 81,8%, enquanto a média nacional é de 87,3%. A TAC é calculada pela divisão do número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem.

Para o ano de 2024, conforme os critérios da Resolução CNAS/MDS Nº 152 de 23 de abril de 2024, **o município de RIO AZUL/PR recebeu R\$ 0,00 de repasse do PROCAD-SUAS.**

O Município de RIO AZUL/PR possui a seguinte situação em relação aos critérios de elegibilidade do PROCAD-SUAS/2024:

- Utilizou 80% ou mais dos recursos PROCAD-SUAS/2023: Sim
- Teve redução de 15% ou mais de famílias unipessoais no Cadastro Único até ½ salário-mínimo entre o período de mar/2023 a dez/2024): Não
- Regularizou a situação de recebimento de recurso conforme Portaria nº 109/2020: Não se aplica
- Município sem custo por não possuir referência de público P3 e P4: Sim

*Consulte os critérios de repasse estabelecidos pela Resolução CNAS/MDS nº 152, de 23 de abril de 2024, ou Portaria MDS nº 995, de 18 de junho de 2024.

O município pode obter mais informações sobre a gestão do Cadastro Único no site <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>.

8.9. Índice de Gestão Descentralizada

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família e Cadastro Único é um indicador que mede os resultados obtidos pela gestão municipal

ou estadual nas atividades relacionadas ao Bolsa Família e Cadastro Único obtidos em um mês. Cada vez que se desenvolvem ações integradas do Programa e do Cadastro, os estados e municípios alcançam IGD mais elevado. Ele também associa a gestão por resultados aos recursos financeiros a serem transferidos para estados e municípios, que devem ser utilizados para melhoria da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A finalidade dessa regra é melhorar a qualidade dos serviços prestados às famílias beneficiárias.

Com base nesse Índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

O cálculo do IGD é composto por 4 fatores:

1. Taxa de atualização cadastral e taxas de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação;
2. Adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
3. Prestação de contas pelos Fundos de Assistência Social; e
4. Parecer dos Conselhos de Assistência Social das contas do uso dos recursos.

O índice pode melhorar com a atualização dos dados da gestão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF) e com o acompanhamento das famílias em fase de suspensão na repercussão de condicionalidades.

Somente estados e municípios que assinarem o Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único se tornarão elegíveis ao recebimento de recursos financeiros para apoio à gestão descentralizada.

O repasse desses recursos é realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Se o IGD-M do município alcançasse o máximo, ou seja, fosse igual a 1 (um), o município receberia R\$ 6.784,00 mensalmente.

O último repasse realizado para o município de RIO AZUL/PR foi de R\$ 4.368,51, com base no índice 0,89 do IGD-M referente ao mês de novembro de 2024.

Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao município em 2023 somam o montante de R\$ 51.401,95.

Os recursos recebidos devem ser aplicados em melhorias da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e, por isso, planejar bem as ações, eleger as prioridades e decidir sobre como e onde devem ser aplicados os recursos provenientes do IGD-M dentro da gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família são tarefas sistemáticas que a gestão local desempenha em conjunto com os responsáveis pela área orçamentária e financeira e pelas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

A participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) também é vital durante todo o processo, desde o planejamento até a aprovação regular das contas. Esse relacionamento demonstra transparência e garante a continuidade do recebimento dos recursos.

Os dados referentes ao IGD-M são atualizados mensalmente. Confira no link a seguir para consultar o histórico do Índice com suas últimas atualizações, além de outras informações importantes para a gestão local: https://drive.google.com/drive/folders/1OEKKRtEil38noRRFC7XEvpLeNDOdlzeg?hl=pt_BR.

A Coordenação Estadual é um importante parceiro do Governo Federal para o sucesso da gestão descentralizada do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Por isso, a aproximação entre as gestões municipais e estaduais e a integração de ações são fundamentais. A coordenação do estado dispõe de informações sobre as capacitações oferecidas e outros temas, que irão contribuir, ainda mais, para a evolução da gestão do Programa no município. Ela recebe recursos financeiros com base no Índice de Gestão Descentralizada dos Estados (IGD-E) e também possui acesso aos dados do IGD-M de cada município.

TABELA 21 – IGD-M

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		Fator de operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
88,0%	82,6%	85,5%	99,0%	81,1%	91,6%	85,6%	89,0%

Quadro síntese (referência: novembro de 2024)

(Relatório gerado em 24/02/2025)

Fonte: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html> Acesso em: 24.02.2025

8.10. Programa Estadual de Transferência de Renda Cartão Comida Boa

Instituído pela Lei nº 20.747/2021 o Programa Cartão Comida Boa é um benefício de transferência de renda estadual do Paraná, que tem por finalidade contribuir com a segurança socioassistencial das famílias em situação de vulnerabilidade de renda, por meio da concessão mensal de R\$ 80,00, pago todo dia 25, por meio de cartão alimentação. O Decreto nº 9.744/2021 define os critérios de seleção das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Cartão Comida Boa.

O benefício não é sacado, e sim utilizado diretamente nos supermercados, mercados, empórios e assemelhados credenciados.

Podem ser beneficiadas as famílias com Cadastro Único para Programas Sociais atualizado e com renda familiar per capita de até R\$ 218,00. A folha de pagamentos é composta por 112.500 famílias beneficiárias por mês, sendo priorizadas as famílias que não recebem Bolsa Família, e havendo disponibilidade também são beneficiárias famílias que recebem o Bolsa Família desde que atendam aos critérios da legislação, como possuir criança em trabalho infantil ou crianças de até 1 ano.

A concessão do benefício ocorre de forma automática, sem necessidade de cadastro específico ou solicitação.

A cada 90 dias é efetuada a revisão da folha de pagamentos e caso a família se enquadre nos critérios e for selecionada, é gerado cartão e enviado para a Secretaria de Assistência Social do município, onde é redistribuído ao CRAS para a entrega ao beneficiário.

9. SECRETARIA AGRICULTURA

9.1. Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa aquisição de alimentos (PAA) foi instituído pela Lei nº 10.696/2003, com alterações subsequentes e, atualmente, é regulamentado principalmente pela Lei 14.628 de 2023. O programa PAA é gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O programa pode ser executado pelos estados e municípios com recursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) ou pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com recursos disponibilizados pelo MDS. Os produtos são adquiridos com os preços compatíveis com os que estão sendo realizados nos mercados regionais. São cinco modalidades ofertadas: Compra com Doação Simultânea; PAA-Leite; Compra Direta; Compra Institucional e; Apoio à Formação de Estoques. Os valores individuais é de que podem ser comercializados pelos agricultores familiares e agricultoras R\$ 15 mil, nas modalidades Doação Simultânea, Formação de Estoques e Compra Direta, podendo o agricultor obter os recursos simultaneamente de maneira individual ou por meio de organizações associativas das quais façam parte do quadro societário

Agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e as entidades que prestam assistência ou serviços às mesmas, que recebem a doação dos alimentos. O PAA realiza a compra diretamente dos agricultores familiares, sem a necessidade de processo licitatório e é destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, setores públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Sendo um programa de primordial importância pois fortalece a agricultura local, bem como faz gerar renda aos agricultores, ecoando sua produção, bem como beneficia as famílias e entidades receptoras com produtos produzidos pelos agricultores locais, diminuindo assim a insegurança alimentar e nutricional dos que necessitam.

No Município de Rio Azul, são atendidas 206 famílias com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estando distribuídos por faixa etária conforme tabela abaixo, totalizando 758 pessoas beneficiadas. Na tabela de número 22 podemos verificar as entidades filantrópicas beneficiadas, bem como o número de pessoas atendidas no PAA por meio destas entidades.

TABELA 22 - NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NO MUNICIPIO PELO PAA POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Nº de pessoas
0-6 anos	66
7-11 anos	73
12 a 18 anos	125
19 a 29 anos	129
30 a 59 anos	305
60+	60

TABELA 23 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELAS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Entidades	Pessoas Atendidas
APAE	71
Associação Beneficência Católica Padre João Salanczyk	212
CRAS	325
Hospital de Caridade São Francisco de Assis	115
Lar dos Velhinhos de Rio Azul	35
TOTAL	758

9.2. Programa Compra Direta

O programa Compra Direta Paraná tem a finalidade de comprar gêneros alimentícios de cooperativas ou associações da agricultura familiar, que fazem entrega diretamente à rede socioassistencial, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e hospitais filantrópicos, entre outros, ajudando assim a enriquecer a alimentação destas entidades ou famílias que recebem estes produtos, o programa ainda auxilia os agricultores com os recursos provenientes da compra destes alimentos distribuídos as entidades ou famílias. No município de Rio Azul são atendidas 170 famílias que recebem produtos do Programa Compra Direta, totalizando 490 pessoas, na tabela abaixo podemos verificar o número de pessoas atendidas por faixa etária.

TABELA 24 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NO MUNICÍPIO PELO PROGRAMA COMPRA DIRETA PARANÁ POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Nº de pessoas
0-6 anos	60
7-11 anos	50
12 a 18 anos	70
19 a 29 anos	80
30 a 59 anos	160
60+	70

10. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Decreto nº 7.272/2010, que regulamentou a Política de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN estabeleceu as diretrizes que foram usadas como base para a orientação da elaboração deste Plano, bem como as propostas da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Rio Azul.

Foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

Diretriz 1: Promoção do acesso Universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Diretriz 2: Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizado e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica;

Diretriz 3: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Diretriz 4: Promoção, e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para os povos indígenas;

Diretriz 5: Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os

níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

Diretriz 6: Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para: as famílias em situação de insegurança hídrica, para a produção de alimentos da agricultura familiar, para a pesca e a agricultura;

Diretriz 7: Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional (não se aplica);

Diretriz 8: Monitoramento da realização do direito humano a alimentação adequada.

Estas diretrizes estão devidamente detalhadas no quadro abaixo, constando o programa/projeto, a situação atual, situação desejável, estratégias e ações, órgão responsável, articulação intersetorial, e informação orçamentária.

No decorrer do acompanhamento do Plano pelo Comitê da CAISAN, estabelecer-se-á metas para o cumprimento dos programas/projetos pela secretaria correspondente.

10.1. Objetivos, Diretrizes, Indicadores e Metas do Plansan

10.1.1. Objetivos Gerais:

O Plansan é assegurar o direito humano a alimentação adequada a todos habitantes do município, promovendo a soberania e a segurança alimentar nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, tendo como base a prática alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, com a produção baseada em práticas sustentáveis.

10.1.2. Objetivos Específicos:

- Identificar e divulgar os dados e fatores referentes a insegurança alimentar e nutricional no município de Rio Azul.
- Articular programas e ações na área da Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a promover o direito humano a alimentação Adequada, bem como disponibilizar instrumentos para sua exiguidade.
- Promover a soberania alimentar e a segurança alimentar no âmbito municipal.

DIRETRIZ 01 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Programa de aquisição de alimentos (PAA)	Desde ao no de 2015 o município de Rio Azul formalizou um Termo de Adesão Misto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate a Fome, no qual ano de 2021 até o ano de 2024, o município ficou sem recursos. Hoje o Valor atual é de R\$121.000,00.	Aumentar o valor total do programa, bem como a diminuição do estado de insegurança alimentar e Nutricional do município. Diminuir o número de pessoas em estado de Insegurança Alimentar e Nutricional.	Recurso Federal Recurso Municipal	-Secretaria Municipal de Agricultura -Secretaria Municipal de Assistência Social.	Médio prazo Até 2 anos
Programa Bolsa Família	No município o Programa Bolsa Família atende a 623 beneficiários, tendo atendido 69 benefícios eventuais até agosto de 2024.	Fazer busca ativa das famílias em situação de maior vulnerabilidade nos territórios, auxiliando a inserir as mesmas no mercado de trabalho, proporcionando cursos de aperfeiçoamento profissional, a fim de diminuir o Estado de Insegurança Alimentar e Nutricional destas famílias no Município e manter o monitoramento destas, até que cumpram os critérios necessários para o seu desligamento do programa.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	-Secretaria Municipal de Assistência Social	Médio prazo Até 2 anos

Programa Compra Direta Paraná	O programa Compra Direta Paraná tem a finalidade de comprar gêneros alimentícios de cooperativas ou associações da agricultura familiar, que fazem entrega diretamente à rede sócio-assistencial, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e hospitais filantrópicos, entre outros, ajudando assim a enriquecer a alimentação destas entidades ou famílias que recebem estes produtos, o programa ainda auxilia os agricultores com os recursos provenientes da compra destes alimentos distribuídos as entidades ou famílias	Dar suporte ao Programa de Compra Direta Paraná, para que o mesmo tenha um aumento de recurso financeiro. Diminuição dos índices de Insegurança Alimentar e Nutricional.	Recurso Estadual Recurso Municipal	-Secretaria Municipal de Agricultura -Secretaria Municipal de Assistência Social	Médio prazo Até 2 anos
Programa Leite das Crianças (PLC)	Programa Estadual Leite das Crianças: instituído pela Lei Estadual 16.475/2010, o Programa do Leite das Crianças atende crianças de 6 a 36 meses de idade, com renda per capita de até 1/2 salário mínimo regional, com o objetivo de auxiliar na redução das deficiências nutricionais da população infantil paranaense. O PLC consiste na distribuição gratuita e diária de um litro de leite	Adquirir um veículo próprio para a distribuição e logística do Programa Leite das Crianças, permitindo que leite das crianças chegue aos beneficiários consumidor em tempo hábil e com as propriedades nutricionais garantidas	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Estadual da Educação - Secretaria Municipal de Educação	Médio prazo Até 2 anos

	tipo pasteurizado, enriquecido com Ferro Quelato e Vitaminas "A" e "D".				
Programa Eco-Troca	Não existe este programa atualmente no município, Programa a ser implantado	Implantar o Programa Eco-Troca nas Vilas e Bairros incentivando a separação de matérias recicláveis, trocando por produtos da Agricultura Familiar, incentivando a deixar bairros e vilas mais limpo. Melhoria da renda Dos agricultores Familiares local.	Recurso Municipal	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Finanças.	Longo prazo Até 4 anos
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – (Lei n. 11.947/2009)	Atualmente o município investe mais do que o mínimo de 30% com agricultura familiar e como manda a lei prioriza a aquisição de alimentos orgânicos na alimentação escolar, porém no momento o município não disponibiliza de uma lei Municipal para compra dos produtos provenientes da agricultura familiar no município portanto é necessário implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, para expandir a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar do Município, os produtos dos agricultores contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a	Criação de Lei Municipal para respaldar o aumento progressivo da compra da agricultura Familiar, garantindo assim que o município invista recursos livres na aquisição da merenda Escolar, proveniente da Agricultura Familiar, além do mínimo de 30% disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Criar meta progressiva anual de compra da agricultura familiar, (100% até 2030) dos recursos provenientes do FNDE. Considerando que o município deverá manter e intensificar o suporte para que as famílias possam se estruturar para alcance das metas anuais. Melhoria na diversificação e quantidade de produtos que	Recurso Federal Recurso Municipal	-Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e -Secretaria Municipal da Educação -Secretaria Municipal de Finanças.	Curto prazo Até 1 anos

	aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar de qualidade e diversidade, favorecendo ainda ações de educação alimentar através da alimentação	compõem o cardápio da merenda Escolar.			
Programa Nacional da Alimentação escolar - PNAE	Atualmente o município não possui local adequado e próprio para recebimento dos produtos perecíveis vindos de fornecedores e especialmente para recebimento e armazenamento dos produtos perecíveis provenientes da agricultura familiar e fornecedor	Construir um local adequado com uma estrutura voltada ao recebimento, armazenamento e distribuição dos alimentos perecíveis recebidos pelo setor de alimentação escolar para posterior destinação às escolas.	Recurso Federal Recurso Municipal	- Secretário de Agricultura. - Secretária de Educação. -Secretaria de Planejamento Secretaria de Finanças	Longo prazo Até 4 anos

DIRETRIZ 02 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Programas Institucionais	Falta de Políticas Públicas Municipais que incentivem a produção Orgânica e agroecológica.	Criar Políticas Públicas com ênfase na produção orgânica e valorização dos produtos (exemplo PAA Municipal, PNAE) → objetiva a geração de renda aos agricultores produtores e valorização da produção local; além de proporcionar alimentos saudáveis à população vulnerável e aos alunos.	Recurso Municipal Recurso Estadual	- Secretaria Municipal de Educação -Procurador Jurídico. -IDR – Paraná -Secretaria Municipal de Finanças. - Secretário de Agricultura.	Longo prazo Até 4 anos
Feira dos Produtores Rurais	Atualmente a Feira de produtor funciona todas as quartas-feiras, na Quadra da Antiga Escola Vanda Hessel, com a participação de somente 04 feirantes.	Melhoria da estrutura física da feira do produtor, assim como o fortalecimento para ampla participação de produtores e consumidores, sendo um local específico de acordo com a s Legislação Sanitária	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	Secretaria de Planejamento - Secretário de Agricultura - Secretaria de Finanças	Médio prazo Até 2 anos
Agroindústrias e produtos de Origem	Não existe no município abatedouro voltado a	Apoiar a agroindustrialização e	Recurso Federal	- Secretário de Agricultura.	Longo prazo Até 4 anos

Animal	produtos de origem animal, nem local apropriado para manipulação dos subprodutos provenientes de origem animal.	legalização sanitária de produtos de origem animal e vegetal, subprodutos de resíduos de valor econômico. Aumento da quantidade de Feirantes e Consumidores	Recurso Estadual Recurso Municipal	- Vigilância Sanitária Municipal - Secretaria de Finanças Secretaria Municipal de Finanças.	
--------	---	--	---------------------------------------	---	--

DIRETRIZ 03 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Incentivo à reeducação Alimentar e atividades físicas a todos os municípios	No Município de Rio Azul, já são feitas palestras e atividades voltadas para a reeducação alimentar e nutricional, fazendo parte também do projeto político pedagógico das escolas municipais, as atividades físicas também são incentivadas em aulas de práticas de educação física, bem como gincanas entre as escolas, assim como são feitas parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde visando o bem-estar físico e emocional dos estudantes e públicos em geral	Manter os programas que trabalham com a educação alimentar e nutricional e atividade física no município para todos	Recurso Municipal Recurso Federal	- Secretaria de educação - Secretaria de esporte - Secretaria de saúde	Curto prazo 1 ano
Boas Práticas de manipulação de Alimentos e Higiene Pessoal	Atualmente a Secretaria de Educação disponibiliza cursos de aperfeiçoamento voltado a Boas práticas de manipulação de alimentos direito humano a alimentação	Fazer cursos de aperfeiçoamento para os colaboradores da agricultura familiar e agroindústrias que atendem o município, de forma anual a fim de auxiliar o	Recurso Municipal	- Secretaria de educação - Secretaria de agricultura	Médio prazo Até 2 anos

	adequada aos seus colaboradores 2 vezes ao ano de forma gratuita, porém existe a necessidade de mais aperfeiçoamento para os produtores e agroindústrias que atendem à demanda do município	melhor andamento dos processos da segurança alimentar e nutricional de caráter obrigatório		- Vigilância sanitária municipal	
Capacitação sobre a redução de desperdícios de alimentos em casa	Atualmente no Município são feitas capacitações sobre redução do desperdício de alimentos as famílias	Manter os cursos anuais voltados ao público em geral para evitar o desperdício de alimentos e enriquecer a alimentação da família especialmente os mais vulneráveis	Recurso Municipal Recurso Estadual	- Secretaria de agricultura - Secretaria de Assistência Social -Parcerias com instituições públicas e privadas	Longo prazo Até 4 anos
Horta Escolar	Atualmente existe o fornecimento de temperos verdes as escolas pela agricultura familiar, algumas escolas mantem horta escolar com alguns produtos, porém não são todas que mantem horta escolar	Ampliar para todas as escolas municipais hortas escolares voltadas ao plantio de ervas e condimentos voltados a alimentação e escolar	Recurso Municipal	- Secretaria de agricultura - Secretaria de educação - Secretaria de Finanças	Médio prazo Até 2 anos

DIRETRIZ 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para e comunidades tradicionais, no caso os Faxinalense.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Programas PAA, PNAE e Compra Direta Paraná	Atualmente 03 agricultores Familiares Faxinalense comercialização sua produção para os Programas Institucionais.	Aumento do número de produtores Faxinalense nos programas de Agricultores Familiares Faxinalenses para participar nos programas institucionais, pois são categorias que tem prioridade nos Editais, incentivando a diversificação das propriedades rurais, aumentando a renda e qualidade de vida dos faxinalenses e a preservação Ambiental	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria de Agricultura e - IDR- Paraná	Longo prazo Até 4 anos
Incentivar a Regularização da produção mel no Sistema de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (Sim-Poa)	No quadro atual a produção de mel nos territórios Faxinalense, é uma ótima alternativa de renda, mas falta uma organização melhor organização dos produtores em Associação ou Cooperativa na questão, manipulação, envase, e comercialização e o Cadastro no Sistema Municipal de Origem Animal.	Organizar os produtores na Cooperativa de Agricultores Familiares de Rio Azul - Coafra, e juntamente com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente instalar no Faxinal da localidade do Taquari um local de beneficiamento, armazenado e envase do mel, tudo de acordo com os parâmetros do SIM-POA melhorando a qualidade, obtendo melhor	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria de Agricultura e - IDR- Paraná -Vigilância Sanitária Municipal Secretaria de Planejamento	Longo prazo Até 4 anos

DIRETRIZ 05 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Fiscalização de Estabelecimentos que manipulam, fabricam e comercializam alimentos	Na Secretaria Municipal de Saúde através da Vigilância Sanitária, juntamente com o Fiscal Geral e o responsável pelo Sistema Municipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal do município estão incumbidos de fiscalizar, monitorar e orientar e até atuarem todos os estabelecimentos que manipulam, produzem, fabricam ou comercializam alimentos.	Manter a fiscalização dos estabelecimentos que trabalham com alimentos	Recursos Municipal	- Secretaria Municipal de Saúde/ Vigilância sanitária - Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Administração	Curto prazo 1 ano

DIRETRIZ 06 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população no meio rural.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Acesso à água potável para todas as localidades rurais	No que se refere ao abastecimento das comunidades rurais, algumas localidades são abastecidas por soluções próprias (poços artesianos e captação em mina, caracterizando as soluções alternativas coletivas de abastecimento de água – SAC, no entanto nem todas as comunidades são atendidas por este sistema	Monitorar o acesso à água para o consumo humano e produção de alimentos à população rural do município, de forma a promover à segurança alimentar e nutricional.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria Agricultura Secretaria de Saúde	Longo prazo Até 4 anos
Proteção de Nascente	O município realizou um processo licitatório, com recursos oriundos da Itaipu Binacional, o qual realizará a recuperação de 20 nascentes através da empresa Topogeo Assessoria	Dar continuidade ao programa de recuperação de nascente no município, monitorar as nascentes recuperadas e protegidas visando a melhoria na qualidade da água.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria Agricultura -Secretaria de Saúde - Secretaria de Finanças	Longo prazo Até 4 anos

Coleta de Lixo e Reciclável Orgânico	O Município de Rio Azul realiza os serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos não recicláveis até a estação de transbordo localizado na área rural do município na localidade do Faxinal dos Paula. Em relação ao transporte e disposição final dos resíduos, o mesmo é realizado pela empresa Eficiência Ambiental. Com relação aos resíduos sólidos recicláveis, estes são coletados por uma Associação de Reciclagem de Rio Azul –ARRA, foi criada no ano de 2024	Monitorar o sistema de coleta de material reciclável e realizar orientação sobre destino adequado no lixo orgânico a população, causando melhoria na Gestão dos Resíduos sólidos, bem como diminuindo o impacto ambiental do lixo descartado	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria Agricultura -Secretaria de Saúde	Médio prazo Até 2 anos
Análise de água para irrigação	Atualmente o município possuem cerca de 40 produtores que fornecem produtos para diversos programas institucionais, além de feira e mercado particulares, muitos deles utilizam a irrigação de procedencia desconhecida.	Analisar a água utilizada para irrigação dos produtores que entregam produtos para os programas institucionais, e mercado particular, como forma de garantir a qualidades dos produtos e livres de componente contaminantes.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	Secretaria de Saúde - IDR – Paraná - Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria Agricultura	Longo prazo Até 4 anos

DIRETRIZ 07 - Apoio a iniciativas de promoção de a soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025-2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Incentivar o aumento de produção agrícola tradicional	No município e região ocorre feiras voltadas a troca de sementes e raízes e vegetais e ervas medicinais e mudas frutíferas nativas crioulos, bem como a troca de experiências voltadas a sua produção	Implementação de ações de fomento para a implantação de quintais produtivos como espaços de conservação e cultivo de espécies e variedades de alimentos, de plantas medicinais, de sementes crioulas e de raças animais nativas e adaptadas.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Agricultura - IDR – Paraná	Médio prazo Até 2 anos
Incentivar as hortas comunitárias em terrenos baldios inativos	No momento o município possui apenas uma horta comunitária no Bairro Bela Vista que atende os moradores da localidade	Incentivo a agricultura urbana, destinação de áreas públicas e privadas para produção diversificada de alimentos e plantas medicinais; apoio a grupos e coletivos de mulheres; fomento para a melhoria das infraestruturas de quintais e hortas comunitárias (cercas, ferramentas, equipamentos de irrigação, cisternas, sementes etc.	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal	- Secretaria Agricultura - IDR – Paraná - Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria de Finanças	Longo prazo Até 4 anos

DIRETRIZ 08 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Programas/ projetos e Ação	Indicadores e Situação Atual	Ações/Metas 2025- 2028	Recursos	Responsáveis	Prazo de execução
Avaliar o Plano de segurança Alimentar e as proposta da IV Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	Avaliação periódica das ações do Plano de segurança Alimentar e Nutricional do Município a partir da sua implantação	Fazer avaliações periódicas por setor intersetorial (CONSEA) a fim de verificar as ações que estão sendo realizadas e que são contempladas no PLANSAN	Recurso Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de educação - Secretaria Municipal de Planejamento - Secretaria de agricultura - Secretaria de Saúde - Secretaria de Assistência Social - Secretaria de finanças - CONSEA 	Longo prazo Até 4 anos

BIBLIOGRAFIA

Ações e Programas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acessado em 28/11/2024.

Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – IDEB. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acessado em 05/12/2024.

Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa – Secretaria do Desenvolvimento Social e Família - Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/ComidaBoa#:~:text=O%20benef%C3%ADcio%20ser%C3%A1%20concedido%20atrav%C3%A9s,mercados%2C%20emp%C3%B3rios%20e%20assemelhados%20credenciados>. Acessado em 18/10/2024.

Programa Leite das Crianças – Gestão Escolar – SEED – PR. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=23> acessado em 18/10/2024.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Programa de Aquisição de Alimentos PAA. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acessado em 18/10/2024.